

Demonstrações Contábeis Intermediárias

31 de março de 2020



bancobv.com.br/ri



ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	17
2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	17
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	17
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	20
5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	27
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	30
8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31
9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	35
10. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	43
11. CARTEIRA DE CRÉDITO	44
12. OUTROS ATIVOS	51
13. INVESTIMENTOS	52
14. IMOBILIZADO DE USO	54
15. INTANGÍVEL	54
16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	55
17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	56
18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	57
19. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL	58
20. OUTROS PASSIVOS	59
21. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	60
22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	61
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61
24. TRIBUTOS	63
25. PARTES RELACIONADAS	65
26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	67
27. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	68
28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	71
29. OUTRAS INFORMAÇÕES	82
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	83



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Banco Votorantim S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. ("Banco") em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de março de 2020 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banco, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.111.063	2.327.760	2.239.558	1.051.889
Ativos financeiros		81.893.521	78.836.931	95.633.911	86.703.431
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7a	34.797.646	39.037.190	4.614.045	2.531.995
Títulos e valores mobiliários		26.225.001	24.567.184	29.595.314	27.720.262
Carteira de títulos e valores mobiliários	8a	27.122.736	25.473.689	30.493.049	28.626.767
(Provisões para redução ao valor recuperável)	8a	(897.735)	(906.505)	(897.735)	(906.505)
Instrumentos financeiros derivativos	9	9.369.104	3.082.862	8.091.718	2.737.346
Relações interfinanceiras	10a	133.287	1.772.165	133.287	1.772.165
Carteira de crédito	11a	10.060.508	9.639.694	51.583.825	50.960.142
Operações de crédito		8.019.632	7.087.393	51.210.627	49.516.883
Outros créditos com características de concessão de crédito		3.717.114	4.325.923	5.316.781	6.061.460
Operações de arrendamento mercantil		-	-	90.489	97.677
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(1.676.238)	(1.773.622)	(5.034.072)	(4.715.878)
Outros ativos financeiros	12a	1.307.975	737.836	1.615.722	981.521
Ativos fiscais		4.042.130	3.609.762	7.694.802	7.229.052
Ativos tributários correntes	24a.1	218.845	251.392	462.489	590.499
Crédito tributário	24a.2	3.823.285	3.358.370	7.232.313	6.638.553
Investimentos		3.644.769	3.563.998	85.383	79.649
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13a	3.644.582	3.563.813	85.196	79.463
Outros investimentos	13d	187	185	187	186
Imobilizado de uso	14	68.983	67.079	93.897	94.416
Outras imobilizações de uso		240.468	232.748	375.121	366.423
(Depreciação acumulada)		(171.485)	(165.669)	(281.224)	(272.007)
Intangível	15a	220.618	211.655	349.210	303.404
Ativos intangíveis		529.791	504.698	772.987	702.674
(Amortização acumulada)		(163.437)	(147.307)	(272.802)	(248.295)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)		(145.736)	(145.736)	(150.975)	(150.975)
Outros ativos	12a	522.197	371.884	1.303.545	1.400.139
TOTAL DO ATIVO		99.503.281	88.989.069	107.400.306	96.861.980

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Passivos financeiros		88.728.377	78.232.869	94.759.854	84.001.354
Depósitos	16a	21.182.185	17.207.376	20.318.172	16.355.713
Captações no mercado aberto	16c	16.506.895	15.832.953	16.411.398	15.206.091
Recursos de aceites e emissão de títulos	18	31.914.262	31.134.839	32.318.337	32.066.337
Relações interfinanceiras	10c	17.855	144	1.517.658	1.642.152
Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	17a	5.594.108	3.578.360	5.594.108	3.578.360
Instrumentos financeiros derivativos	9	8.350.781	3.017.252	7.596.367	2.934.562
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	19a	3.889.187	6.597.168	3.889.187	6.597.168
Outros passivos financeiros	20a	1.273.104	864.777	7.114.627	5.620.971
Passivos fiscais		61.832	120.529	380.600	566.872
Passivos tributários correntes	24b.1	42.713	77.790	337.125	478.488
Obrigações fiscais diferidas	24b.2	19.119	42.739	43.475	88.384
Provisões para contingências	27e	104.236	103.860	939.265	906.308
Outros passivos	20a	614.576	676.354	1.307.020	1.501.565
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.994.260	9.855.457	10.013.567	9.885.881
Capital social	23a	8.130.372	8.130.372	8.130.372	8.130.372
Reservas de capital	23b	372.120	372.120	372.120	372.120
Reservas de lucros		1.379.702	1.379.702	1.334.069	1.334.069
Outros resultados abrangentes	23f	(92.420)	(26.737)	(44.159)	49.320
Lucros acumulados		204.486	-	221.165	-
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO		99.503.281	88.989.069	107.400.306	96.861.980

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.978.377	1.398.163	4.569.666	2.768.773
Operações de crédito	11b	290.332	180.564	2.236.428	1.956.479
Operações de arrendamento mercantil	11h	-	-	2.938	7.317
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8d	1.282.668	1.180.786	1.129.887	644.568
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	9i	1.140.311	355	727.822	(126.162)
Resultado de operações de câmbio	12c	247.136	28.065	247.136	28.065
Resultado das aplicações compulsórias	10d	17.930	8.393	17.930	8.393
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	11j.1	-	-	207.525	250.113
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.360.787)	(1.168.432)	(3.440.874)	(1.283.201)
Operações de captação no mercado	16d	(2.547.751)	(1.102.970)	(2.541.951)	(1.083.110)
Operações de empréstimos e repasses	17d	(813.036)	(65.462)	(813.036)	(65.462)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	11j.1	-	-	(85.887)	(134.629)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(382.410)	229.731	1.128.792	1.485.572
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		9.367	(38.468)	(813.856)	(464.051)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	11f	884	(39.065)	(820.855)	(468.989)
Outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	11f	(287)	59.683	(1.771)	64.024
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	8e	8.770	(59.086)	8.770	(59.086)
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		135.136	200.654	(431.983)	(434.471)
Receitas de prestação de serviços	21a	65.937	48.397	363.110	343.738
Rendas de tarifas bancárias	21b	817	119	219.953	225.988
Despesas de pessoal	21c	(26.628)	(62.590)	(213.964)	(255.176)
Outras despesas administrativas	21d	(60.953)	(69.024)	(355.633)	(318.525)
Despesas tributárias	24c	(11.445)	(9.790)	(135.699)	(120.739)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13a	165.334	318.665	(29.850)	24.592
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	27e.3	(376)	2.909	(32.957)	(30.489)
Outras receitas operacionais	21e	8.777	3.246	45.748	21.472
Outras despesas operacionais	21f	(6.327)	(31.278)	(292.691)	(325.332)
RESULTADO OPERACIONAL		(237.907)	391.917	(117.047)	587.050
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	22	(3.125)	1.528	36.135	906
Outras receitas		3.159	2.153	49.350	4.341
Outras despesas		(6.284)	(625)	(13.215)	(3.435)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(241.032)	393.445	(80.912)	587.956
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24d.1	458.412	(40.663)	371.668	(207.946)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(12.894)	(16.763)	(69.591)	(43.991)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO		204.486	336.019	221.165	336.019
LUCRO POR AÇÃO					
Lucro básico e diluído por ação - R\$	23d	1,94	3,19		
Quantidade de ações (lote de mil)	23a	105.391.473	105.391.473		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco	
		01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Resultado líquido do período		204.486	336.019
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	23f	(99.993)	67.957
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(67.169)	126.439
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(110.239)	(13.298)
Efeito fiscal		77.415	(45.184)
Hedge de fluxo de caixa	23f	34.310	10.504
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		62.579	14.301
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(197)	3.205
Efeito fiscal		(28.072)	(7.002)
Resultado abrangente		138.803	414.480

	Nota	Consolidado	
		01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Resultado líquido do período		221.165	336.019
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	23f	(127.789)	67.957
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(70.192)	126.439
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(135.012)	(13.298)
Efeito fiscal		77.415	(45.184)
Hedge de fluxo de caixa	23f	34.310	10.504
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		62.579	14.301
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(197)	3.205
Efeito fiscal		(28.072)	(7.002)
Resultado abrangente		127.686	414.480

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Banco EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado		Reserva Legal	Outras Reservas			
Saldos em 31.12.2018		8.130.372	372.120	134.733	915.365	(178.995)	-	9.373.595
Ajustes de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros, líquido de impostos	23f	-	-	-	-	78.461	-	78.461
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	336.019	336.019
Saldos em 31.03.2019		8.130.372	372.120	134.733	915.365	(100.534)	336.019	9.788.075
Mutações do período		-	-	-	-	78.461	336.019	414.480
Saldos em 31.12.2019 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	205.527	1.174.175	(26.737)	-	9.855.457
Ajustes de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros, líquido de impostos	23f	-	-	-	-	(65.683)	-	(65.683)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	204.486	204.486
Saldos em 31.03.2020 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	205.527	1.174.175	(92.420)	204.486	9.994.260
Mutações do período		-	-	-	-	(65.683)	204.486	138.803

⁽¹⁾ Não inclui efeitos de eliminação do resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas descritas na nota 23e.

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Resultado antes dos tributos e participações		(241.032)	393.445	(80.912)	587.956
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		(306.169)	(116.907)	807.027	751.450
Provisão / (reversão de provisão) para perdas associadas a carteira de crédito mobiliários	11f.1 8e	49.141 (8.770)	82.922 59.086	954.195 (8.770)	617.683 59.086
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	11f	287	(59.683)	1.771	(64.024)
Depreciações e amortizações	21d	5.397	18.591	32.280	27.698
Provisão para perdas na avaliação do valor recuperável de ativos	22	(2.485)	-	(5.931)	-
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13a	(165.334)	(318.665)	29.850	(24.592)
Variação cambial de investimentos no exterior	9i	(505.698)	7.337	(505.698)	7.337
Variação cambial de financiamentos no exterior	29e	350.400	22.783	350.400	22.783
(Lucro) / prejuízo na alienação de valores e bens	22	(674)	(606)	3.219	1.432
Provisão / (reversão de provisão) para desvalorização de outros valores e bens	22	5.547	(1.507)	(34.988)	(2.187)
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27e.3	376	(2.909)	32.957	30.489
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equiv. de caixa		(39.345)	(848)	(39.345)	(848)
Despesa de juros de obrigações por dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	29e	34.404	121.345	34.404	121.345
Receita de juros de tít. e valores mobil. mantidos até o vencto.		(29.366)	(44.752)	(37.267)	(44.752)
Outros ajustes		(49)	(1)	(50)	-
Resultado ajustado antes dos tributos e participações		(547.201)	276.538	726.115	1.339.406
Variações patrimoniais		10.907.828	(401.438)	4.158.703	833.978
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		4.239.544	5.980.466	(2.082.050)	6.128.547
(Aumento) / redução em títulos p/ negoc. e instrumentos financ. deriv.		(1.602.992)	2.707.624	(1.622.166)	4.994.119
(Aumento) / redução em relações interfinanceiras		1.656.589	130.534	1.514.384	125.116
(Aumento) / redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil		(467.072)	328.016	(1.578.021)	(1.161.700)
(Aumento) / redução em outros ativos		(662.876)	(801.642)	(456.352)	(1.047.993)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		27.806	50.335	123.270	111.783
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.242)	(1.034)	(190.198)	(179.987)
(Redução) / aumento em depósitos		3.974.809	(935.664)	3.962.459	(920.484)
(Redução) / aumento em captações no mercado aberto		673.942	(7.989.884)	1.205.307	(8.189.186)
(Redução) / aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		779.423	171.450	252.000	198.080
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		2.015.748	(599.886)	2.015.748	(599.886)
(Redução) / aumento em outros passivos		333.367	567.021	1.227.749	1.466.637
(Aumento) Redução em passivos fiscais		(51.218)	(8.774)	(213.427)	(91.068)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		10.360.627	(124.900)	4.884.818	2.173.384
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento					
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobil. disp. para venda		(1.589.489)	(220.140)	(1.673.999)	(220.140)
(Aquisição / aumento) de títulos e val. mobil. mantidos até o vencto.		(882.584)	-	(1.167.280)	-
(Aquisição) de imobilizado de uso		(7.201)	(2.271)	(7.294)	(3.150)
(Aquisição / ativação) de intangíveis		(59.230)	(40.114)	(70.222)	(43.634)
(Aquisição / aumento) de investimentos em participações em coligadas e controladas		(707)	-	(42.114)	-
Alienação / redução de títulos e valores mobil. disp. para venda		1.387.645	3.274.101	1.799.041	1.092.059
Alienação de imobilizado de uso		-	7	-	7
Alienação / redução de investimentos em participações em coligadas e controladas		593.453	220.090	518.159	147.471
Alienação / baixa de intangíveis		34.229	-	-	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(523.884)	3.231.673	(643.709)	972.613
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento					
(Redução) / aumento em obrigações por dívidas subordinadas	29e	(3.096.991)	(123.514)	(3.096.991)	(123.514)
(Redução) / aumento em instrumentos de dívidas elegíveis a capital	29e	4.206	3.143	4.206	3.143
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.092.785)	(120.371)	(3.092.785)	(120.371)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		6.743.958	2.986.402	1.148.324	3.025.626
Início do período		2.327.760	1.554.979	1.051.889	1.609.240
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equiv. de caixa		39.345	848	39.345	848
Fim do período	6	9.111.063	4.542.229	2.239.558	4.635.714
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		6.743.958	2.986.402	1.148.324	3.025.626

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco				Consolidado			
		01.01 a 31.03.2020		01.01 a 31.03.2019		01.01 a 31.03.2020		01.01 a 31.03.2019	
Receitas		3.053.447		1.384.616		4.095.108		2.541.005	
Receitas de intermediação financeira		2.978.377		1.398.163		4.569.666		2.768.773	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21a / 21b	66.754		48.516		583.063		569.726	
Resultado de provisão para perdas (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	8e / 11f 27e.3	9.367 (376)		(38.468) 2.909		(813.856) (32.957)		(464.051) (30.489)	
Outras receitas/(despesas)	21e / 21f / 22	(675)		(26.504)		(210.808)		(302.954)	
Despesas da intermediação financeira		(3.360.787)		(1.168.432)		(3.440.874)		(1.283.201)	
Insumos adquiridos de terceiros		(51.159)		(47.841)		(306.711)		(277.857)	
Materiais, água, energia e gás	21d	(535)		(203)		(2.389)		(1.889)	
Serviços de terceiros	21d	(700)		(327)		(2.551)		(2.722)	
Comunicações	21d	(397)		(372)		(14.214)		(13.637)	
Processamento de dados	21d	(17.407)		(22.115)		(70.562)		(64.947)	
Transportes	21d	(201)		(253)		(2.285)		(2.524)	
Serviços de vigilância e segurança	21d	(260)		(130)		(567)		(364)	
Serviços técnicos especializados	21d	(14.586)		(12.455)		(117.535)		(114.550)	
Serviços do sistema financeiro	21d	(6.197)		(6.888)		(26.312)		(21.602)	
Propaganda e publicidade	21d	(4.633)		(178)		(13.017)		(7.268)	
Emolumentos judiciais e cartorários	21d	(733)		(896)		(23.377)		(18.676)	
Outras	21d	(5.510)		(4.024)		(33.902)		(29.678)	
Valor adicionado bruto		(358.499)		168.343		347.523		979.947	
Despesas de amortização/depreciação	21d	(5.397)		(18.591)		(32.280)		(27.698)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(363.896)		149.752		315.243		952.249	
Valor adicionado recebido em transferência		165.334		318.665		(29.850)		24.592	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13a	165.334		318.665		(29.850)		24.592	
Valor adicionado a distribuir		(198.562)	100,00%	468.417	100,00%	285.393	100,00%	976.841	100,00%
Valor adicionado distribuído		(198.562)	100,00%	468.417	100,00%	285.393	100,00%	976.841	100,00%
Pessoal		22.354	-11,26%	56.186	11,99%	230.769	80,86%	239.528	24,52%
Salários, honorários e demandas trabalhistas ⁽¹⁾	21c	(9.749)		23.930		97.723		137.110	
Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados		12.894		16.763		69.591		43.991	
Benefícios, treinamentos e outros	21c	13.228		6.667		44.036		32.789	
FGTS		5.968		8.816		19.405		25.628	
Outros encargos		13		10		14		10	
Impostos, taxas e contribuições		(429.799)	216,45%	73.620	15,72%	(183.183)	-64,18%	388.324	39,75%
Federais		(433.148)		71.297		(205.555)		367.581	
Estaduais		19		16		20		183	
Municipais		3.330		2.307		22.352		20.560	
Remuneração de capitais de terceiros		4.397	-2,21%	2.592	0,55%	16.642	5,83%	12.970	1,33%
Aluguéis	21d	4.397		2.592		16.642		12.970	
Remuneração de capitais próprios		204.486	-102,98%	336.019	71,74%	221.165	77,49%	336.019	34,40%
Lucro retido		204.486		336.019		221.165		336.019	

⁽¹⁾ Inclui reversão de provisão de despesas de planos de incentivos de longo prazo.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (banco BV, Banco, Instituição, Companhia, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O banco opera na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Em dezembro de 2019 o Banco comunicou a mudança da marca Banco Votorantim para banco BV. A abreviação assume o apelido que já era utilizado por muitos de nossos clientes e parceiros. Com isso, o banco BV unifica suas logomarcas em uma só arquitetura, assume a assinatura “leve para a sua vida” e reforça seu posicionamento tanto no varejo, onde atua, principalmente, no ramo de financiamento de veículos quanto no atacado, onde atua em corporate e wealth management.

Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários, de corretagem de seguros, prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial, de participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado estão descritas na nota explicativa 3.

Desde 2014, o banco BV ampliou seus investimentos em tecnologia e dados, consolidou sua cultura corporativa e diversificou seus negócios tornando-se um dos bancos mais conectados com o ecossistema de fintechs e startups. Dessa forma, a reestruturação da identidade visual foi o caminho natural para refletir a evolução em todos os segmentos que atua, criando sinergia e lógica entre as marcas e unidades de negócio da Companhia.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em reunião do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., realizada em 7 de novembro de 2019, foi aprovado o plano para transformação da BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. em Banco Múltiplo, cuja reestruturação societária é sujeita a aprovações regulatórias.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis consolidadas contemplam as operações realizadas por suas empresas financeiras e não financeiras que compõem o Conglomerado e foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração optou por divulgar as Demonstrações Contábeis consolidadas do banco BV incluindo a consolidação das empresas não financeiras (Conglomerado econômico-financeiro). Até então a consolidação contemplava somente as empresas financeiras (Conglomerado Financeiro). Todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis referem-se ao Conglomerado econômico-financeiro. Essa medida tem como intuito um maior alinhamento às práticas de mercado de divulgação de informações contábeis.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 5.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. O processo não inclui a consolidação dos fundos de investimentos em participação com características de entidade de capital de risco. Os saldos contábeis da agência do Banco Votorantim no exterior foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. A variação cambial das operações no País foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros designados à *hedge* estão apresentados no grupo de “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de *hedge*.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis intermediárias são:

- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).
- Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).
- Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.
- Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24.
- Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).
- Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.
- Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico - CPC 00 (R1).
- Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).
- Resolução nº 4.636/2018 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).
- Resolução nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46.

O Conglomerado aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a valor presente, CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas e CPC 41 - Resultado por ação.

Resoluções que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).
- Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).
- Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis

Com base na Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019, o Conglomerado realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis intermediárias de 31 de março de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos as principais mudanças:

Balanco Patrimonial

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas";
- Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira". A receita de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha;
- Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "(Provisão)/ reversão de provisão para passivos contingentes";
- Eliminação da nomenclatura de "Resultado não operacional", bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados "Outras receitas" ou "Outras despesas".

Notas explicativas

- Inclusão da nota explicativa 5 "Principais julgamentos e estimativas contábeis", onde é descrita a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre elementos patrimoniais que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre estas Demonstrações Contábeis intermediárias.

Apresentação dos saldos comparativos

Para melhor apresentação e comparabilidade nestas Demonstrações Contábeis intermediárias, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis.

Normativos que dependem de regulamentação do Bacen que podem gerar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis:

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento e controlado em conjunto:

É aplicado o método de custo ou equivalência patrimonial, conforme regras, para investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto. Este procedimento difere do CPC 18 que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o IFRS 9, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação.

Investimento não consolidado devido a não adoção do CPC 18	Atividade	% de participação
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações	100,00%

O reconhecimento de despesa de amortização de ágios cujo fundamento econômico seja baseado na expectativa de resultados futuros identificados nas aquisições, difere do disposto no CPC 18, que não permite amortização de ágios desta natureza, sendo esse ativo intangível somente sujeito a testes periódicos de redução ao valor recuperável.

CPC 48 - Instrumentos financeiros:

A classificação de ativos financeiros é efetuada de acordo com a intenção da entidade sobre esses ativos, diferente do disposto no CPC 8, em que há a introdução do conceito de avaliação do modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais.

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 traz um novo modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, a ser mensurada dependendo da classificação dos ativos financeiros em três estágios de acordo com as alterações no risco de crédito, além de utilização de informações de caráter prospectivo (*forward looking*), como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

No caso de descontinuidade de *hedge* de fluxo de caixa, o valor acumulado no patrimônio líquido é transferido imediatamente ao resultado do período, diferente do disposto no CPC 48, que prevê o diferimento deste item de acordo com o mesmo período de vencimento das operações que foram objeto de *hedge*. Para fins de *hedge accounting*, o IASB continua a trabalhar no projeto de contabilidade de macro *hedge* e, por este motivo, traz a opção expressa no CPC 48 de manutenção dos mesmos requisitos apresentados pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros, que é a norma que antecedeu o CPC 48.

CPC 47 – Receita de contrato com cliente:

A remuneração à correspondentes no país referente à originação de operações de crédito é reconhecida como despesa na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações, diferente do disposto no CPC 47, em que o reconhecimento dessa despesa é feita de forma diferida pelo prazo da operação.

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 07 de maio de 2020.

Participações societárias em controladas incluídas nas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas, segregadas por atividades:

	Atividade	31.03.2020	31.12.2019
		% de Participação	
Instituições financeiras – País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (BV Financeira) ⁽¹⁾	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. (BV Leasing) ⁽¹⁾	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. (Votorantim Asset DTVM) ⁽¹⁾	Gestão de recursos de terceiros	99,99%	99,99%
Instituições do mercado segurador			
Votorantim Corretora de Seguros S.A (Votorantim Corretora Seguros)	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras			
Promotiva S.A. (Promotiva)	Prestação de serviços	100,00%	100,00%
BV Investimentos Altern. e Gestão de Recursos S.A. (BVIA)	Administração de ativos	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas)	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimento consolidados			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento. (Expertise)	Fundo	100,00%	100,00%
Controladas da BVIA			
Marques de Monte Santo Empreend. Imobiliário SPE Ltda. (Monte Santo)	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Parque Valença)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República)	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas)	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant)	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI)	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII)	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque) ⁽²⁾	SPE	100,00%	-
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Controladas financeiras.

⁽²⁾ Em fevereiro de 2020, a BVEP realizou uma transação de troca de ativos, cedendo SPEs classificadas como ativos não financeiros mantidos para venda e recebendo em troca o controle da SPE NS Emp. Imob. 23 SPE Ltda, posteriormente denominada BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis intermediárias individuais e consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, o Conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo; e
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos, como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

g) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

O banco BV realiza operações de *hedge* que incluem características atreladas ao risco de crédito de terceiros ou partes relacionadas ao Banco que possam resultar no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco, conforme previsão contratual.

h) Carteira de crédito - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, o Conglomerado deixou de adotar a partir de dezembro de 2019 a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis nas operações do varejo, bem como nas operações do atacado que seguiam avaliação interna.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da covid-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa nº 11e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Outros ativos - Outros valores e bens

Bens não de uso próprio

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada ao Conglomerado;
- Bens com valor entre R\$ 25.550,00 e R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550,00: são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante do crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas".

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular Bacen nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016. No primeiro semestre de 2019, foi concluída a amortização dos valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular Bacen nº 3.738/2014.

As operações geradas desde 1º de janeiro de 2017 têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.

j) Investimentos

Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis da agência do Banco Votorantim no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Os ágios pagos na aquisição de investimentos, que correspondem ao valor que excede o valor patrimonial da investida, são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir): veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (nota explicativa nº 14). O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

l) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa nº 15). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização (nota explicativa nº 21d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

m) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por ação. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que o Banco não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

O Conglomerado avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em periodicidades diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras despesas administrativas ou Outras despesas operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos: a metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados trimestralmente.

Intangível: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável semestralmente para *softwares* em desenvolvimento e anualmente para *softwares* concluídos.

Bens não de uso: Imóveis – provisão constituída com base em laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja em BNDU a mais de 36 meses, independentemente da quantidade de leilões realizados para alienação do bem.

Móveis – Para veículos a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos pátios.

Máquinas e equipamentos – é constituída provisão para desvalorização com base no levantamento de Laudos de Avaliação Anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja classificado em BNDU há mais de 720 dias.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

o) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros Passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa nº 26.

Os valores referentes a participação nos lucros (PLR) de diretores e empregados são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros" em contrapartida ao resultado, em "Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados".

p) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

q) Tributos

Os tributos do Banco, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. ⁽¹⁾	20%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Demais instituições financeiras e não financeiras	De 9% a 15%
PIS / PASEP ^{(2) (3)}	De 0,65 a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ^{(2) (3)}	De 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ⁽³⁾	De 2% a 5%

⁽¹⁾ O art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de qualquer espécie, de 15% para 20%, com vigência em 1º de março de 2020. Os efeitos da elevação da alíquota da CSLL já passaram a ser refletidos nos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos existentes a partir de dezembro de 2019.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

⁽³⁾ Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

r) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa nº 27).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

s) Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidos em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em "Outros créditos e rendas a receber", em contrapartida com "Rendas de garantias prestadas".

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em "Comissões por intermediação de operações a pagar", do grupamento "Outros passivos financeiros", apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes, leva-se em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em Outras Passivos (nota explicativa nº 20b).

t) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que não são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Conglomerado são detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 11.

b) Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativos:

- (a) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
- (b) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;

(c) Emprestador ou financiador, por razões econômicas ou legais relacionadas com as dificuldades financeiras do tomador do empréstimo ou do financiamento, oferece ao tomador uma concessão que o emprestador ou financiador de outra forma não consideraria;

(d) Torna-se provável que o devedor vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;

(e) Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

A aplicação geral da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários está descrita na nota explicativa 8e.

c) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis.

O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 24.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de Instrumentos Financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 4g.

e) Provisões para passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 27.

f) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados periodicamente quanto ao seu valor recuperável, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros para descontá-los a valor

g) Redução ao valor recuperável do custo de investimentos em participações de controladas, coligadas e controladas em conjunto, de ativos intangíveis e de outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4f.

h) Aplicação em fundos de investimentos em participação (FIPs)

Para aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificados como organização de capital de risco, independente de exercer influência significativa, é mantida a classificação desses ativos como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no patrimônio líquido.

A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas, conforme descrito na nota explicativa 4f.

i) Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos no Conglomerado

Os impactos econômicos no Brasil e no mundo resultantes das medidas tomadas para conter a disseminação da covid-19 são de difícil mensuração. Os efeitos da covid-19, à medida que possam ser mensurados e incorporados nos julgamentos e estimativas contábeis mencionados nesta nota explicativa, poderão produzir impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis. Os possíveis impactos que poderão ser observados são aumento do risco de crédito de clientes por inadimplência nos pagamentos e consequente aumento de provisões para perdas esperadas em ativos financeiros, volatilidade e redução no valor justo dos títulos e valores mobiliários, variações significativas no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio sobre expectativa de rentabilidade futura de participações em coligadas e controladas, bem como aumento das contingências passivas.

O Conglomerado vem acompanhando diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições de câmbio e juros, dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto, a prorrogação do prazo de pagamento de parcelas de operações de crédito, o estímulo ao uso dos canais digitais.

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez contribuirão para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Disponibilidades	557.222	263.089	688.393	359.360
Disponibilidades em moeda nacional	1.409	2.778	131.219	97.759
Disponibilidades em moeda estrangeira	555.813	260.311	557.174	261.601
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	8.553.841	2.064.671	1.551.165	692.529
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	1.606.005	307.586	1.005.988	307.586
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.558.621	1.372.142	155.962	-
Aplicações em moedas estrangeiras	389.215	384.943	389.215	384.943
Total	9.111.063	2.327.760	2.239.558	1.051.889

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Aplicações no mercado aberto	4.219.415	2.887.414	4.207.369	2.281.503
Re vendas a liquidar - Posição bancada	277.054	1.139.799	265.008	533.888
Letras do Tesouro Nacional	2.585	119.825	2.585	119.825
Notas do Tesouro Nacional	103.140	843.787	91.094	237.876
Títulos da Dívida Externa Brasileira	171.329	176.187	171.329	176.187
Re vendas a liquidar - Posição financiada	3.106.721	966.389	3.106.721	966.389
Letras do Tesouro Nacional	989.537	966.389	989.537	966.389
Notas do Tesouro Nacional	2.117.184	-	2.117.184	-
Re vendas a liquidar - Posição vendida	835.640	781.226	835.640	781.226
Letras do Tesouro Nacional	329.452	36.684	329.452	36.684
Notas do Tesouro Nacional	506.188	744.542	506.188	744.542
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.578.231	36.149.776	406.676	250.492
Total	34.797.646	39.037.190	4.614.045	2.531.995
Ativo circulante	19.356.491	21.660.976	4.614.045	2.531.995
Ativo não circulante	15.441.155	17.376.214	-	-

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Rendas de aplicações no mercado aberto	43.725	166.990	37.575	158.558
Posição bancada	20.310	90.113	14.160	81.681
Posição financiada	15.480	62.700	15.480	62.700
Posição vendida	7.935	14.177	7.935	14.177
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	711.188	593.642	209.775	9.854
Total ⁽²⁾	754.913	760.632	247.350	168.412

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos ativos correspondentes.

⁽²⁾ Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 8d).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	31.03.2020								31.12.2019		
	Valor Justo					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	3.687.549	221.448	141.778	5.210.304	9.186.237	9.261.079	74.842	8.543.857	8.548.418	4.561
Títulos públicos	-	3.687.549	221.448	141.725	5.210.282	9.186.161	9.261.004	74.843	8.543.748	8.548.308	4.560
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	15.035	15.035	-
Letras do Tesouro Nacional	-	3.687.549	80.317	220	1.485.892	5.239.078	5.253.978	14.900	7.747.699	7.749.484	1.785
Notas do Tesouro Nacional	-	-	141.131	141.505	3.724.390	3.947.083	4.007.026	59.943	781.014	783.789	2.775
Títulos privados	-	-	-	53	22	76	75	(1)	109	110	1
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	53	22	76	75	(1)	109	110	1
2 – Títulos disponíveis para venda	8.888	116.377	1.339.591	1.179.978	11.761.972	14.473.387	14.406.806	(66.581)	14.310.438	14.373.600	63.162
Títulos públicos	-	-	525.092	966.924	8.736.430	10.143.981	10.228.446	84.465	10.300.422	10.517.502	217.080
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	243.711	422.802	4.557.185	5.224.675	5.223.698	(977)	5.644.435	5.645.111	676
Letras do Tesouro Nacional	-	-	247.952	-	1.495.944	1.704.419	1.743.896	39.477	1.415.782	1.431.924	16.142
Notas do Tesouro Nacional	-	-	33.429	-	760.616	787.623	794.045	6.422	1.613.499	1.759.519	146.020
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	544.122	1.922.685	2.427.264	2.466.807	39.543	1.626.706	1.680.948	54.242
Títulos privados	8.888	116.377	814.499	213.054	3.025.542	4.329.406	4.178.360	(151.046)	4.010.016	3.856.098	(153.918)
Debêntures ⁽¹⁾	-	52.943	16.106	8.345	1.876.296	2.113.359	1.953.690	(159.669)	2.188.774	2.037.580	(151.194)
Notas Promissórias	-	-	259.191	87.584	128.186	476.197	474.961	(1.236)	140.580	140.180	(400)
Ações ⁽²⁾	8.888	-	-	-	-	8.222	8.888	666	9.387	10.092	705
Cotas de fundos de investimentos ⁽³⁾	-	-	-	-	265.843	249.074	265.843	16.769	242.391	260.583	18.192
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁴⁾	-	5.528	52.761	102.111	357.660	524.375	518.060	(6.315)	464.552	441.443	(23.109)
<i>Eurobonds</i>	-	-	254.246	-	-	256.231	254.246	(1.985)	202.097	203.767	1.670
Letras Financeiras	-	57.906	-	-	20.991	79.103	78.897	(206)	78.007	77.836	(171)
<i>Floating Rate Notes</i>	-	-	232.195	-	68.157	297.179	300.352	3.173	334.446	337.354	2.908
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	189.413	191.193	189.413	(1.780)	206.555	204.571	(1.984)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	15.014	118.996	134.473	134.010	(463)	143.227	142.692	(535)
3 – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	241.311	-	2.396.066	2.557.116	2.637.377	80.261	1.645.166	1.735.352	90.186
Títulos públicos	-	-	241.311	-	2.396.066	2.557.116	2.637.377	80.261	1.645.166	1.735.352	90.186
Notas do Tesouro Nacional	-	-	241.311	-	2.396.066	2.557.116	2.637.377	80.261	1.645.166	1.735.352	90.186
Total (1 + 2 + 3)	8.888	3.803.926	1.802.350	1.321.756	19.368.342	26.216.740	26.305.262	88.522	24.499.461	24.657.370	157.909

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31.03.2020								31.12.2019		
	Vencimento em dias	Valor Justo				Total			Total		
		Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo
1 – Títulos para negociação	192	3.687.549	222.855	148.684	6.367.572	10.227.945	10.426.852	198.907	9.366.461	9.434.871	68.410
Títulos públicos	-	3.687.549	222.855	148.631	6.363.581	10.223.708	10.422.616	198.908	9.362.179	9.430.588	68.409
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.407	6.906	92.302	100.641	100.615	(26)	109.804	109.808	4
Letras do Tesouro Nacional	-	3.687.549	80.317	220	1.485.892	5.239.078	5.253.978	14.900	7.747.699	7.749.484	1.785
Notas do Tesouro Nacional	-	-	141.131	141.505	4.785.387	4.883.989	5.068.023	184.034	1.504.676	1.571.296	66.620
Títulos privados	192	-	-	53	3.991	4.237	4.236	(1)	4.282	4.283	1
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	53	22	76	75	(1)	109	110	1
Debêntures	-	-	-	-	3.969	3.969	3.969	-	3.872	3.872	-
Cotas de fundos de investimento	192	-	-	-	-	192	192	-	301	301	-
2 – Títulos disponíveis para venda	9.321	116.377	1.339.591	1.747.651	12.531.410	15.731.477	15.744.350	12.873	15.852.976	16.065.826	212.850
Títulos públicos	-	-	525.092	1.534.597	9.469.912	11.364.861	11.529.601	164.740	11.812.687	12.180.191	367.504
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	243.711	423.966	4.557.184	5.225.838	5.224.861	(977)	5.656.620	5.657.297	677
Letras do Tesouro Nacional	-	-	247.952	-	1.495.944	1.704.419	1.743.896	39.477	1.415.782	1.431.924	16.142
Notas do Tesouro Nacional	-	-	33.429	-	1.494.099	1.453.292	1.527.528	74.236	2.569.295	2.853.151	283.856
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	544.122	1.922.685	2.427.264	2.466.807	39.543	1.626.706	1.680.948	54.242
Notas do governo de outros países	-	-	-	566.509	-	554.048	566.509	12.461	544.284	556.871	12.587
Títulos privados	9.321	116.377	814.499	213.054	3.061.498	4.366.616	4.214.749	(151.867)	4.040.289	3.885.635	(154.654)
Debêntures ⁽¹⁾	-	52.943	16.106	8.345	1.867.452	2.104.516	1.944.846	(159.670)	2.154.665	2.003.470	(151.195)
Notas Promissórias	-	-	259.191	87.584	128.186	476.197	474.961	(1.236)	140.580	140.180	(400)
Ações ⁽²⁾	8.888	-	-	-	-	8.222	8.888	666	9.387	10.092	705
Cotas de fundos de investimentos ⁽³⁾	433	-	-	-	310.643	295.127	311.076	15.949	306.773	324.230	17.457
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁴⁾	-	5.528	52.761	102.111	357.660	524.375	518.060	(6.315)	464.552	441.443	(23.109)
<i>Eurobonds</i>	-	-	254.246	-	-	256.231	254.246	(1.985)	202.097	203.767	1.670
Letras Financeiras	-	57.906	-	-	20.991	79.103	78.897	(206)	78.007	77.836	(171)
<i>Floating Rate Notes</i>	-	-	232.195	-	68.157	297.179	300.352	3.173	334.446	337.354	2.908
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	189.413	191.193	189.413	(1.780)	206.555	204.571	(1.984)
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	-	-	15.014	118.996	134.473	134.010	(463)	143.227	142.692	(535)
3 – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	241.311	482.392	2.801.892	3.424.112	3.525.595	101.483	2.219.565	2.317.247	97.682
Títulos públicos	-	-	241.311	482.392	2.801.892	3.424.112	3.525.595	101.483	2.219.565	2.317.247	97.682
Notas do Tesouro Nacional	-	-	241.311	482.392	2.801.892	3.424.112	3.525.595	101.483	2.219.565	2.317.247	97.682
Total (1 + 2 + 3)	9.513	3.803.926	1.803.757	2.378.727	21.700.874	29.383.534	29.696.797	313.263	27.439.002	27.817.944	378.942

O valor justo contempla o ajuste prudencial de *spread* de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" são contabilizados nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações são apresentadas ao valor justo.

⁽¹⁾ O valor de custo das Debêntures inclui provisão para perdas no montante de R\$ 767.052 (R\$ 766.851 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

⁽²⁾ O valor de custo das Ações inclui provisão para perdas no montante de R\$ 76.337 (R\$ 84.307 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor justo das ações representa a cotação divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

⁽³⁾ O valor de custo das Cotas de fundos de investimentos considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 29.032 (R\$ 29.056 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

⁽⁴⁾ O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 25.314 (R\$ 26.291 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis Intermediárias
 em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em anos	31.03.2020						31.12.2019		
	Valor Justo					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor justo	Valor de custo	Valor justo
Banco									
Por categoria	8.888	6.928.032	16.719.384	2.269.559	379.399	26.216.740	26.305.262	24.499.461	24.657.370
Títulos para negociação	-	4.050.775	5.075.671	133.485	1.148	9.186.237	9.261.079	8.543.857	8.548.418
Títulos disponíveis para venda	8.888	2.635.946	9.356.347	2.136.074	269.551	14.473.387	14.406.806	14.310.438	14.373.600
Títulos mantidos até o vencimento	-	241.311	2.287.366	-	108.700	2.557.116	2.637.377	1.645.166	1.735.352
Consolidado									
Por categoria	9.513	7.986.410	19.015.066	2.338.756	347.052	29.383.534	29.696.797	27.439.002	27.817.944
Títulos para negociação	192	4.059.088	6.232.939	133.485	1.148	10.227.945	10.426.852	9.366.461	9.434.871
Títulos disponíveis para venda	9.321	3.203.619	10.088.935	2.205.271	237.204	15.731.477	15.744.350	15.852.976	16.065.826
Títulos mantidos até o vencimento	-	723.703	2.693.192	-	108.700	3.424.112	3.525.595	2.219.565	2.317.247

c) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.03.2020		31.12.2019	
Banco				
1 – Título para negociação	9.261.079	35%	8.548.418	35%
2 – Títulos disponíveis para venda	14.406.806	55%	14.373.600	58%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	2.557.116	10%	1.645.166	7%
Valor contábil da carteira	26.225.001	100%	24.567.184	100%
Marcação a mercado da categoria três	80.261		90.186	
Valor justo da carteira	26.305.262		24.657.370	
Consolidado				
1 – Título para negociação	10.426.852	35%	9.434.871	34%
2 – Títulos disponíveis para venda	15.744.350	53%	16.065.826	58%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	3.424.112	12%	2.219.565	8%
Valor contábil da carteira	29.595.314	100%	27.720.262	100%
Marcação a mercado da categoria três	101.483		97.682	
Valor justo da carteira	29.696.797		27.817.944	

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o banco BV declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 2.557.116 no Banco e R\$ 3.424.112 no Consolidado (R\$ 1.645.166 no Banco e R\$ 2.219.565 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019), representando 10% e 12% do total de títulos e valores mobiliários no Banco e no Consolidado respectivamente (7% no Banco e 8% no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7b)	754.913	760.632	247.350	168.412
Títulos de renda fixa	435.872	379.460	782.155	427.606
Títulos no exterior	91.808	26.672	101.571	35.661
Títulos de renda variável ⁽¹⁾	(6.941)	1.412	(9.387)	1.321
Aplicações em fundos de investimentos	6.073	7.702	7.255	6.660
Outros	943	4.908	943	4.908
Total	1.282.668	1.180.786	1.129.887	644.568

⁽¹⁾ Inclui o resultado apurado na venda de investimentos por incentivos fiscais

e) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Ações	7.970	1.558
Debêntures	(201)	(48.097)
Cotas de fundos de investimento	24	12
Cédulas de Produto Rural	977	(12.559)
Total	8.770	(59.086)

f) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias no trimestre findo em 31 de março de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreu a reclassificação de títulos públicos – Notas do Tesouro Nacional, passando da categoria “Disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na

	Consolidado		
	Valor de custo	Valor justo	Ganho / (perda) não realizado
Notas do Tesouro Nacional	541.969	583.066	41.097
Total	541.969	583.066	41.097

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e de análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	Banco						Consolidado					
	31.03.2020			31.12.2019			31.03.2020			31.12.2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros												
Compromissos de compra	10.343.519	-	-	13.300.742	-	-	10.354.926	-	-	13.312.003	-	-
DI	4.198.876	-	-	5.069.867	-	-	4.210.283	-	-	5.081.128	-	-
Moedas	1.415.555	-	-	2.303.496	-	-	1.415.555	-	-	2.303.496	-	-
Índice	353.063	-	-	363.757	-	-	353.063	-	-	363.757	-	-
Cupom cambial	4.345.952	-	-	5.563.622	-	-	4.345.952	-	-	5.563.622	-	-
Outros	30.073	-	-	-	-	-	30.073	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	61.376.217	-	-	45.919.609	-	-	77.950.310	-	-	64.005.583	-	-
DI	29.096.136	-	-	28.040.373	-	-	45.670.229	-	-	46.126.347	-	-
Moedas	-	-	-	765.832	-	-	-	-	-	765.832	-	-
Índice	619.581	-	-	606.836	-	-	619.581	-	-	606.836	-	-
Libor	24.954.227	-	-	10.613.592	-	-	24.954.227	-	-	10.613.592	-	-
Cupom cambial	6.692.338	-	-	5.892.976	-	-	6.692.338	-	-	5.892.976	-	-
Outros	13.935	-	-	-	-	-	13.935	-	-	-	-	-
2 - Operações a termo												
Posição ativa	2.215.546	2.215.546	2.211.783	264.867	264.867	264.852	2.215.546	2.215.546	2.211.783	264.867	264.867	264.852
Termo de moeda	884.157	884.157	880.343	151.331	151.331	151.331	884.157	884.157	880.343	151.331	151.331	151.331
Termo de títulos públicos	1.331.389	1.331.389	1.331.440	113.536	113.536	113.521	1.331.389	1.331.389	1.331.440	113.536	113.536	113.521
Posição passiva	2.215.546	(2.215.546)	(2.209.415)	264.867	(264.867)	(264.288)	2.215.546	(2.215.546)	(2.209.415)	264.867	(264.867)	(264.288)
Termo de moeda	884.157	(884.157)	(878.060)	151.331	(151.331)	(150.752)	884.157	(884.157)	(878.060)	151.331	(151.331)	(150.752)
Termo de títulos públicos	1.331.389	(1.331.389)	(1.331.355)	113.536	(113.536)	(113.536)	1.331.389	(1.331.389)	(1.331.355)	113.536	(113.536)	(113.536)
3 - Contratos de opções⁽¹⁾												
De compra – Posição comprada	6.372.394	455.638	1.564.161	6.722.669	468.858	246.866	7.497.394	491.540	1.743.444	7.847.669	504.760	252.649
Moeda estrangeira	5.308.875	419.378	1.395.243	5.527.950	432.220	227.445	6.433.875	455.280	1.574.526	6.652.950	468.122	233.228
Opções Flexíveis	1.001.226	33.880	166.810	1.021.719	35.060	14.146	1.001.226	33.880	166.810	1.021.719	35.060	14.146
Ações	51.500	2.027	-	173.000	1.578	5.275	51.500	2.027	-	173.000	1.578	5.275
Outros	10.793	353	2.108	-	-	-	10.793	353	2.108	-	-	-
De venda – Posição comprada	48.487.474	510.289	146.362	35.143.955	590.887	445.254	46.072.732	402.273	140.195	32.729.213	482.871	369.326
Moeda estrangeira	4.679.250	262.272	7.260	6.226.125	307.616	182.428	5.791.750	395.390	8.180	7.338.625	440.734	287.158
Índice DI	40.162.500	3.969	118.316	25.238.000	40.579	80.496	40.162.500	3.969	118.316	25.238.000	40.579	80.496
Opções Flexíveis	3.543.477	241.424	7.089	3.550.235	241.507	181.203	16.235	290	2	22.993	373	545
Ações	50.000	2.328	13.587	104.000	1.163	1.108	50.000	2.328	13.587	104.000	1.163	1.108
Índice governo estrangeiro	52.247	296	110	25.595	22	19	52.247	296	110	25.595	22	19
De compra – Posição vendida	9.845.086	(637.899)	(2.537.728)	17.182.025	(648.322)	(402.146)	7.430.344	(436.765)	(1.803.956)	14.767.283	(447.188)	(267.913)
Moeda estrangeira	6.157.000	(394.230)	(1.599.271)	6.365.125	(403.525)	(255.748)	7.269.500	(432.312)	(1.790.531)	7.477.625	(441.607)	(262.651)
Índice DI	-	-	-	7.125.000	(761)	-	-	-	-	7.125.000	(761)	-
Opções Flexíveis	3.568.086	(241.611)	(935.667)	3.576.400	(241.776)	(143.070)	40.844	(2.395)	(10.635)	49.158	(2.560)	(1.934)
Ações	110.000	(1.385)	-	115.500	(2.260)	(3.328)	110.000	(1.385)	-	115.500	(2.260)	(3.328)
Outros	10.000	(673)	(2.790)	-	-	-	10.000	(673)	(2.790)	-	-	-

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por indexador	Banco						Consolidado					
	31.03.2020			31.12.2019			31.03.2020			31.12.2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
De venda – Posição vendida	44.997.996	(244.067)	(144.470)	31.776.379	(311.539)	(311.346)	46.122.996	(386.199)	(145.812)	32.901.379	(453.671)	(427.196)
Moeda estrangeira	3.818.750	(205.330)	(8.277)	5.449.625	(234.370)	(202.769)	4.943.750	(347.462)	(9.619)	6.574.625	(376.502)	(318.619)
Índice DI	40.159.500	(2.813)	(115.998)	25.237.000	(40.097)	(79.496)	40.159.500	(2.813)	(115.998)	25.237.000	(40.097)	(79.496)
Opções Flexíveis	876.864	(33.653)	(961)	888.754	(34.768)	(27.985)	876.864	(33.653)	(961)	888.754	(34.768)	(27.985)
Ações	92.000	(2.117)	(19.185)	201.000	(2.304)	(1.096)	92.000	(2.117)	(19.185)	201.000	(2.304)	(1.096)
Índice governo estrangeiro	50.882	(154)	(49)	-	-	-	50.882	(154)	(49)	-	-	-
4 - Contratos de swaps ⁽¹⁾												
Posição ativa	11.399.036	3.378.602	3.429.933	14.413.674	1.882.970	2.049.858	9.782.137	2.978.436	2.897.378	11.735.282	1.696.673	1.784.456
DI	35.100	3.683	1.193	1.456.664	88.041	91.203	35.100	3.683	1.193	1.456.664	88.041	91.203
Moeda estrangeira	4.545.098	2.557.522	2.336.307	4.053.773	1.024.592	781.671	4.005.858	2.205.753	1.877.209	3.514.533	897.897	606.146
Pré-fixado	4.839.229	383.002	641.814	6.931.078	396.141	659.916	3.761.570	334.605	568.357	4.791.926	336.539	570.039
IPCA	1.854.876	431.793	444.065	1.854.876	372.109	510.996	1.854.876	431.793	444.065	1.854.876	372.109	510.996
IGP-M	78.000	-	3.784	78.000	743	4.598	78.000	-	3.784	78.000	743	4.598
Libor	46.733	2.602	2.770	39.283	1.344	1.474	46.733	2.602	2.770	39.283	1.344	1.474
Posição passiva	8.118.000	(3.128.011)	(3.306.740)	6.884.259	(1.551.394)	(1.876.280)	8.075.064	(3.111.161)	(3.284.756)	6.631.005	(1.538.959)	(1.861.464)
DI	569.011	(601)	(1.752)	714.116	(28.443)	(6.145)	569.011	(601)	(1.752)	714.116	(28.443)	(6.145)
Moeda estrangeira	4.915.768	(1.899.742)	(1.705.330)	3.054.159	(507.092)	(306.925)	4.883.217	(1.883.423)	(1.683.879)	3.021.607	(502.356)	(299.990)
Pré-fixado	404.206	(366.926)	(754.822)	760.398	(373.956)	(778.408)	393.821	(366.395)	(754.289)	539.696	(366.257)	(770.527)
IPCA	1.633.009	(632.743)	(655.016)	1.723.625	(571.079)	(717.425)	1.633.009	(632.743)	(655.016)	1.723.625	(571.079)	(717.425)
IGP-M	-	(737)	-	-	-	(630)	-	(737)	-	-	-	(630)
Libor	596.006	(227.262)	(189.820)	631.961	(70.824)	(66.747)	596.006	(227.262)	(189.820)	631.961	(70.824)	(66.747)
5 - Outros instrumentos financeiros derivativos												
Posição Ativa	11.949.455	1.998.868	2.016.865	11.371.072	78.563	76.032	8.588.112	1.086.205	1.098.918	8.009.729	73.573	66.063
<i>Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾</i>	11.845.481	1.992.790	2.005.576	11.107.061	77.353	74.863	8.484.138	1.080.127	1.087.629	7.745.718	72.363	64.894
Derivativos de crédito ⁽²⁾	103.974	6.078	11.289	261.996	1.210	1.147	103.974	6.078	11.289	261.996	1.210	1.147
<i>Credit Linked Notes</i>	-	-	-	2.015	-	22	-	-	-	2.015	-	22
Posição Passiva	941.461	(150.472)	(152.428)	1.156.578	(134.424)	(163.192)	941.461	(150.472)	(152.428)	1.156.578	(110.652)	(113.701)
<i>Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾</i>	806.296	(141.976)	(138.871)	1.094.102	(133.635)	(162.499)	806.296	(141.976)	(138.871)	1.094.102	(109.863)	(113.008)
Derivativos de crédito ⁽²⁾	132.566	(8.496)	(13.532)	62.476	(789)	(693)	132.566	(8.496)	(13.532)	62.476	(789)	(693)
<i>Credit Linked Notes</i>	2.599	-	(25)	-	-	-	2.599	-	(25)	-	-	-
Total Ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	90.767.424	8.558.943	9.369.104	81.216.979	3.286.145	3.082.862	84.510.847	7.174.000	8.091.718	73.898.763	3.022.744	2.737.346
Total Passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	125.278.760	(6.375.995)	(8.350.781)	102.918.850	(2.910.546)	(3.017.252)	140.520.175	(6.300.143)	(7.596.367)	119.461.828	(2.815.337)	(2.934.562)

⁽¹⁾ O valor justo das operações de swap, opções e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

⁽²⁾ A apresentação dos derivativos de crédito por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	Banco						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2020	31.12.2019	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2020	31.12.2019
Contratos futuros	8.306.179	15.595.693	15.222.189	32.595.675	71.719.736	59.220.351	8.306.179	18.083.850	18.355.686	43.559.521	88.305.236	77.317.586
Contratos a termo	2.215.546	-	-	-	2.215.546	264.867	2.215.546	-	-	-	2.215.546	264.867
Contratos de opções	855.167	63.673.412	30.859.263	14.315.108	109.702.950	90.825.028	855.167	68.148.412	27.177.871	10.942.016	107.123.466	88.245.544
Contratos de swaps	1.278.371	6.846.544	2.759.343	8.632.778	19.517.036	21.297.933	1.051.651	6.653.130	2.059.397	8.093.023	17.857.201	18.366.287
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	891.001	6.391.833	3.125.232	2.243.711	12.651.777	12.201.163	891.001	6.391.833	1.403.908	603.692	9.290.434	8.839.820
Derivativos de crédito	-	2.600	-	233.940	236.540	324.472	-	2.600	-	233.940	236.540	324.472
Credit Linked Notes	-	2.599	-	-	2.599	2.015	-	2.599	-	-	2.599	2.015
Total	13.546.264	92.512.681	51.966.027	58.021.212	216.046.184	184.135.829	13.319.544	99.282.424	48.996.862	63.432.192	225.031.022	193.360.591

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.03.2020)

	Futuros	Termo	Opções	Swaps	Derivativo de crédito	Non Deliverable Forward	Credit Linked Notes
Banco							
Bolsa de valores	71.719.736	-	100.692.504	-	-	-	-
Balcão	-	2.215.546	9.010.446	19.517.036	236.540	12.651.777	2.599
Instituições do mercado financeiro	-	2.215.546	7.076.028	14.653.390	236.540	6.992.443	2.599
Clientes	-	-	1.934.418	4.863.646	-	5.659.334	-
Consolidado							
Bolsa de valores	88.305.236	-	105.167.504	-	-	-	-
Balcão	-	2.215.546	1.955.962	17.857.201	236.540	9.290.434	2.599
Instituições do mercado financeiro	-	2.215.546	21.544	13.493.555	236.540	3.631.100	2.599
Clientes	-	-	1.934.418	4.363.646	-	5.659.334	-

d) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.03.2020			31.12.2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Banco e Consolidado						
Swap de crédito						
Risco recebido	132.566	(8.496)	(13.532)	264.011	(425)	(197)
Risco transferido	103.974	6.078	11.289	60.461	846	651
Por indexador						
Posição ativa – Pré-fixado	103.974	6.078	11.289	261.996	1.210	1.147
Posição passiva – Pré-fixado	132.566	(8.496)	(13.532)	62.476	(789)	(693)

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o "cliente risco" quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o "cliente risco" pelo valor de referência (notional) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia no montante de R\$ 2.993 (R\$ 2.843 em 31 de dezembro de 2019).

e) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Letras Financeiras do Tesouro	212.145	77.708	296.234	80.712
Notas do Tesouro Nacional	-	-	450.594	291.294
Letras do Tesouro Nacional	8.233	17.946	8.233	17.946
Cotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara B3	34.513	34.175	48.969	48.109
Outros	137.185	55.084	137.185	55.084
Total	392.076	184.913	941.215	493.145

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para as operações de crédito, a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada na métrica de cálculo de efetividade.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo.

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Hedge de risco de mercado				
Instrumentos de hedge				
Passivo	1.934.614	2.403.396	18.508.707	20.489.371
Futuros	1.934.614	2.403.396	18.508.707	20.489.371
Itens objeto de hedge				
Ativo	1.507.526	2.062.710	18.562.939	20.540.376
Aplicações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas)	1.296.148	1.877.581	1.296.148	1.877.581
Carteira de crédito	211.378	185.129	17.266.791	18.662.795

Nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, algumas operações deixaram de ser qualificadas como hedge de risco de mercado. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto de hedge existente na data do encerramento do hedge contábil passou a ser diferido (exceto para os casos de liquidação antecipada do objeto) pelo prazo contratual dessas operações cujo efeito no resultado no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 2.319 (R\$ 7.819 em 31 de março de 2019) líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de desembolsos futuros sobre títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD), o Conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

	Banco e Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Hedge de fluxo de caixa		
Instrumentos de hedge		
Ativo	628.771	175.326
<i>Swap</i> ⁽¹⁾	628.771	175.326
Passivo	14.404.818	12.820.188
Futuros	14.404.818	12.820.188
Itens objeto de hedge		
Passivo	15.823.616	13.931.487
Bônus perpétuos - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	1.605.767	1.216.494
Letras Financeiras	13.563.993	12.010.105
Letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	653.856	704.888

⁽¹⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* é de R\$ 970.620 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

No trimestre findo em 31 de março de 2019, algumas operações deixaram de ser qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, o que gerou no período o resultado de R\$ (2.050) líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado de instrumentos financeiros derivativos". No trimestre findo em 31 de março de 2020 não houve operações que deixaram de ser qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

g) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge*

Hedge de risco de mercado

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	-	-	-	-
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	-	-	-	-
Efeito líquido	-	-	-	-
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	31.524	34.903	428.202	244.797
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(32.195)	(36.285)	(423.829)	(249.068)
Efeito líquido	(671)	(1.382)	4.373	(4.271)

⁽¹⁾ Referem-se ao *hedge accounting* da carteira de ativos que tiveram queda na taxa de juros nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019.

Hedge de fluxo de caixa

Banco e Consolidado	31.03.2020		31.12.2019	
	Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada	Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada
Instrumentos de <i>hedge</i>				
Futuros DI	(227.304)	(70)	(173.676)	(65)
Swaps	58.652	(2.986)	(57.358)	(3.188)
Total	(168.652)	(3.056)	(231.034)	(3.253)

A parcela efetiva é reconhecida no patrimônio líquido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial" e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de instrumentos financeiros derivativos.

No trimestre findo em 31 de março de 2020, a marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ 62.382 (R\$ 17.506 no trimestre findo em 31 de março de 2019), foi reconhecida no patrimônio líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ 197 (R\$ 211 no trimestre findo em 31 de março de 2019) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros".

Os ganhos líquidos dos efeitos fiscais relativos ao *Hedge* de Fluxo de Caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 99.873 (perdas de R\$ 53.753 no trimestre findo em 31 de março de 2019).

h) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco					
	31.03.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	2.211.783	-	2.211.783	264.852	-	264.852
Mercado de opções	887.157	823.366	1.710.523	268.864	423.256	692.120
Contratos de <i>swaps</i>	1.062.133	2.367.800	3.429.933	822.060	1.227.798	2.049.858
<i>Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira</i>	1.429.462	576.114	2.005.576	64.800	10.063	74.863
Derivativos de crédito	-	11.289	11.289	454	693	1.147
<i>Credit linked notes</i>	-	-	-	22	-	22
Total	5.590.535	3.778.569	9.369.104	1.421.052	1.661.810	3.082.862
Passivo						
Operações de termo	(2.209.415)	-	(2.209.415)	(264.288)	-	(264.288)
Mercado de opções	(1.362.364)	(1.319.834)	(2.682.198)	(302.258)	(411.234)	(713.492)
Contratos de <i>swaps</i>	(1.586.129)	(1.720.611)	(3.306.740)	(844.823)	(1.031.457)	(1.876.280)
<i>Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira</i>	(138.871)	-	(138.871)	(98.343)	(64.156)	(162.499)
Derivativos de crédito	(35)	(13.497)	(13.532)	-	(693)	(693)
<i>Credit linked notes</i>	(25)	-	(25)	-	-	-
Total	(5.296.839)	(3.053.942)	(8.350.781)	(1.509.712)	(1.507.540)	(3.017.252)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	31.03.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	2.211.783	-	2.211.783	264.852	-	264.852
Mercado de opções	1.065.355	818.284	1.883.639	379.377	242.598	621.975
Contratos de swaps	970.243	1.927.135	2.897.378	743.410	1.041.046	1.784.456
<i>Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira</i>	963.551	124.078	1.087.629	64.800	94	64.894
Derivativos de crédito	-	11.289	11.289	454	693	1.147
<i>Credit linked notes</i>	-	-	-	22	-	22
Total	5.210.932	2.880.786	8.091.718	1.452.915	1.284.431	2.737.346
Passivo						
Operações de termo	(2.209.415)	-	(2.209.415)	(264.288)	-	(264.288)
Mercado de opções	(1.087.049)	(862.719)	(1.949.768)	(425.010)	(270.099)	(695.109)
Contratos de swaps	(1.584.696)	(1.700.060)	(3.284.756)	(836.693)	(1.024.771)	(1.861.464)
<i>Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira</i>	(138.871)	-	(138.871)	(98.343)	(14.665)	(113.008)
Derivativos de crédito	(35)	(13.497)	(13.532)	-	(693)	(693)
<i>Credit linked notes</i>	(25)	-	(25)	-	-	-
Total	(5.020.091)	(2.576.276)	(7.596.367)	(1.624.334)	(1.310.228)	(2.934.562)

i) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
	<i>Swaps</i>	(102.866)	67.459	(379.197)
Termo	2.723	477	2.723	477
Opções	(940.166)	29.419	17.145	(13.813)
Futuros	(425.385)	(95.130)	(637.120)	(132.266)
Derivativos de crédito	(8.262)	(289)	(8.262)	(289)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de <i>hedge</i>	6.876	14.240	82.611	(53.924)
<i>Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira</i>	2.101.749	(8.503)	1.144.280	33.781
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	505.698	(7.337)	505.698	(7.337)
<i>Credit Linked Notes</i>	(56)	19	(56)	19
Total	1.140.311	355	727.822	(126.162)

j) Hedge contábil

Banco	Objeto de <i>hedge</i>			Instrumentos de <i>hedge</i>		
	31.03.2020		31.12.2019	Derivativo	31.03.2020	31.12.2019
	Valor justo	Ganho/ (Perda) não realizado	Valor justo		Valor justo	Valor justo
<i>Hedge</i> de operações compromissadas/ Valor justo / Taxa pré-fixada	1.296.148	1.053	1.877.581	Futuro DI	1.716.789	2.211.053
<i>Hedge</i> de carteira de crédito / Valor justo / Taxa pré-fixada / Variação cambial	211.378	8.181	185.129	Futuro DI	217.825	192.343
<i>Hedge</i> de letras financeiras, bônus perpétuos e dívida subordinada / Fluxo de caixa / Taxa pré-fixada	15.823.616	289.894	13.931.487	Futuro DI Swap	14.404.818 1.937.530	12.820.188 1.449.655

Consolidado	Objeto de <i>hedge</i>			Instrumentos de <i>hedge</i>		
	31.03.2020		31.12.2019	Derivativo	31.03.2020	31.12.2019
	Valor justo	Ganho/ (Perda) não realizado	Valor justo		Valor justo	Valor justo
<i>Hedge</i> de operações compromissadas/ Valor justo / Taxa pré-fixada	1.296.148	1.053	1.877.581	Futuro DI	1.716.789	2.211.053
<i>Hedge</i> de carteira de crédito / Valor justo / Taxa pré-fixada / Variação cambial	17.266.791	406.107	18.662.795	Futuro DI	16.791.918	18.278.318
<i>Hedge</i> de letras financeiras, bônus perpétuos e dívida subordinada / Fluxo de caixa / Taxa pré-fixada	15.823.616	289.894	13.931.487	Futuro DI Swap	14.404.818 1.937.530	12.820.188 1.449.655

10. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Composição

Banco e Consolidado	31.03.2020	31.12.2019
Ativo	133.287	1.772.165
Créditos vinculados (Nota 10b)	132.513	1.772.165
Recebimentos a liquidar (Nota 10c)	774	-

b) Créditos vinculados

	Banco e Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Ativo		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	132.513	1.772.165
Recursos a prazo	131.051	1.769.417
Operações de microfinanças	1.462	2.748
Total	132.513	1.772.165
Ativo circulante	132.513	1.772.165

c) Pagamentos e recebimentos a liquidar

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Ativo				
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	774	-	774	-
Cheques e outros papéis remetidos	38	-	38	-
Recebimentos de documentos enviados por outros participantes do sistema	736	-	736	-
Total	774	-	774	-
Ativo circulante	774	-	774	-
Passivo				
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação	16.647	-	16.647	-
Cheques e outros papéis recebidos	16.647	-	16.647	-
Transações de pagamento	1.208	144	1.501.011	1.642.152
Cartões de crédito	1.208	144	1.501.011	1.642.152
Total	17.855	144	1.517.658	1.642.152
Passivo circulante	17.855	144	1.517.658	1.642.152

d) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	17.930	8.393
Exigibilidade sobre recursos a prazo	17.930	8.393
Total	17.930	8.393

11. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Operações de crédito	8.019.632	7.087.393	51.210.627	49.516.883
Empréstimos e títulos descontados	3.552.603	2.712.110	5.834.778	5.365.913
Financiamentos	3.884.763	3.695.334	39.953.853	39.574.734
Financiamentos rurais e agroindustriais	568.923	659.025	568.923	659.025
Financiamentos imobiliários	13.343	20.924	13.343	20.924
Operações de crédito vinculadas às cessões (Nota 11j.1) ⁽¹⁾	-	-	4.839.730	3.896.287
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.717.114	4.325.923	5.316.781	6.061.460
Operações com cartões de crédito	-	-	1.597.858	1.733.714
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	567.786	389.749	567.786	389.749
Outros créditos vinculados a transações de pagamento ⁽²⁾	678.708	377.341	678.708	377.341
Títulos e créditos a receber	2.470.620	3.558.833	2.472.429	3.560.656
Carteira de arrendamento mercantil (Nota 11g)	-	-	90.489	97.677
Total da carteira de crédito	11.736.746	11.413.316	56.617.897	55.676.020
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.676.238)	(1.773.622)	(5.034.072)	(4.715.878)
(Operações de crédito)	(332.324)	(435.789)	(3.658.536)	(3.346.584)
(Outros créditos com características de concessão de crédito) ⁽³⁾	(1.343.914)	(1.337.833)	(1.373.547)	(1.367.077)
(Carteira de arrendamento mercantil)	-	-	(1.989)	(2.217)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	10.060.508	9.639.694	51.583.825	50.960.142

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Direitos creditórios sobre transações de pagamento adquiridos por cessão com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente.

⁽³⁾ Inclui provisão para perdas de operações em recuperação judicial homologada e provisão para perdas vinculadas a transações de pagamento.

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Operações de Crédito	290.332	180.564	2.236.428	1.956.479
Empréstimos e títulos descontados	68.785	89.647	319.347	349.424
Financiamentos	194.662	80.591	1.885.286	1.592.996
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.397	7.837	8.397	7.837
Financiamentos imobiliários	302	1.212	302	1.212
Financiamentos em moedas estrangeiras	11.349	1.277	11.348	1.277
Outras	6.837	-	11.748	3.733
Arrendamento Mercantil (Nota 11h)	-	-	2.938	7.317
Total ⁽¹⁾	290.332	180.564	2.239.366	1.963.796

⁽¹⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil do Consolidado, no trimestre findo em 31 de março de 2020 totalizariam R\$ 2.446.891 (R\$ 2.213.909 no trimestre findo em 31 março de 2019).

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

Banco	31.03.2020	%	31.12.2019	%
Setor privado	11.728.565	100,00%	11.407.499	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	152.944	1,30%	159.038	1,39%
Pessoa jurídica	11.575.621	98,70%	11.248.461	98,61%
Agronegócio de origem animal	354.169	3,02%	346.911	3,04%
Agronegócio de origem vegetal	149.752	1,28%	144.088	1,26%
Atividades específicas da construção	22.809	0,19%	23.165	0,20%
Automotivo	46.295	0,39%	49.287	0,43%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.039.258	42,97%	4.501.583	39,46%
Comércio varejista	852.048	7,26%	859.299	7,53%
Construção pesada	21.047	0,18%	5.957	0,05%
Eletroeletrônico	3.210	0,03%	-	0,00%
Energia elétrica	114.000	0,97%	130.152	1,14%
Imobiliário	103.057	0,88%	76.000	0,67%
Instituições e serviços financeiros	925.279	7,89%	574.634	5,04%
Madeireiro e moveleiro	9.688	0,08%	9.131	0,08%
Mineração e metalurgia	162.974	1,39%	100.857	0,88%
Papel e celulose	138.047	1,18%	127.879	1,12%
Químico	57.201	0,49%	127.906	1,12%
Serviços	2.685.694	22,90%	3.209.915	28,14%
Telecomunicações	34.038	0,29%	98.229	0,86%
Têxtil e confecções	111.120	0,95%	114.858	1,01%
Transportes	567.811	4,84%	594.286	5,21%
Demais atividades	178.124	1,52%	154.324	1,37%
Total	11.728.565	100,00%	11.407.499	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	8.181		5.817	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo	11.736.746		11.413.316	

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31.03.2020	%	31.12.2019	%
Setor privado	56.211.790	100,00%	55.348.482	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	43.378.112	77,17%	42.881.930	77,48%
Pessoa jurídica	12.833.678	22,83%	12.466.552	22,52%
Agronegócio de origem animal	358.582	0,64%	351.227	0,63%
Agronegócio de origem vegetal	157.579	0,28%	151.702	0,27%
Atividades específicas da construção	76.344	0,14%	77.146	0,14%
Automotivo	58.895	0,10%	61.564	0,11%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.170.039	9,20%	4.626.748	8,36%
Comércio varejista	1.133.428	2,02%	1.121.604	2,03%
Construção pesada	22.858	0,04%	7.632	0,01%
Eletroeletrônico	3.225	0,01%	27	0,00%
Energia elétrica	115.639	0,21%	131.693	0,24%
Imobiliário	110.998	0,20%	84.142	0,15%
Instituições e serviços financeiros	926.703	1,65%	576.200	1,04%
Madeireiro e moveleiro	19.729	0,04%	18.990	0,03%
Mineração e metalurgia	165.312	0,29%	103.422	0,19%
Papel e celulose	139.854	0,25%	129.499	0,23%
Químico	57.646	0,10%	128.462	0,23%
Serviços	3.046.043	5,42%	3.566.698	6,44%
Telecomunicações	37.951	0,07%	102.406	0,19%
Têxtil e confecções	121.190	0,22%	124.601	0,23%
Transportes	926.688	1,65%	941.880	1,70%
Demais atividades	184.975	0,30%	160.909	0,30%
Total	56.211.790	100,00%	55.348.482	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	406.107		327.538	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo	56.617.897		55.676.020	

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis Intermediárias
 em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

Banco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2020	31.12.2019
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	3.281.027	5.109.312	1.025.693	202.068	98.101	92.007	139.359	1.305.899	346.962	11.600.428	11.129.570
01 a 30	466.323	297.027	138.369	1.407	14.868	896	568	738	646	920.842	1.655.072
31 a 60	307.914	337.325	66.871	1.356	6.153	653	524	-	1.307	722.103	652.577
61 a 90	308.267	333.435	79.324	11.019	3.453	4.636	9.378	141	862	750.515	764.822
91 a 180	933.427	846.602	317.708	24.699	2.862	2.007	10.221	6.706	3.433	2.147.665	1.382.934
181 a 360	641.168	948.711	129.514	22.198	6.052	11.935	11.846	2.611	9.352	1.783.387	1.695.817
Acima de 360	623.928	2.346.212	293.907	141.389	64.713	71.880	106.822	1.295.703	331.362	5.275.916	4.978.348
Parcelas vencidas	-	11.726	2.393	-	-	169	-	143	434	14.865	8.746
Até 14 dias	-	11.726	2.393	-	-	169	-	143	434	14.865	8.746
Subtotal	3.281.027	5.121.038	1.028.086	202.068	98.101	92.176	139.359	1.306.042	347.396	11.615.293	11.138.316
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	6.018	-	-	7.147	-	-	4.734	17.899	99.897
01 a 30	-	-	1.018	-	-	1.547	-	-	57	2.622	4.167
31 a 60	-	-	1.000	-	-	-	-	-	38	1.038	587
61 a 90	-	-	1.000	-	-	-	-	-	38	1.038	795
91 a 180	-	-	3.000	-	-	1.400	-	-	102	4.502	9.494
181 a 360	-	-	-	-	-	2.800	-	-	267	3.067	21.358
Acima de 360	-	-	-	-	-	1.400	-	-	4.232	5.632	63.496
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	1.007	-	-	22.011	429	19.130	52.796	95.373	169.286
01 a 14	-	-	-	-	-	-	234	-	-	234	9.972
15 a 30	-	-	1.007	-	-	-	-	-	65	1.072	2.628
31 a 60	-	-	-	-	-	-	195	-	57	252	1.548
61 a 90	-	-	-	-	-	21.867	-	-	59	21.926	1.388
91 a 180	-	-	-	-	-	144	-	19.130	105	19.379	36.260
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	35.207	35.207	90.849
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	17.303	17.303	26.641
Subtotal	-	-	7.025	-	-	29.158	429	19.130	57.530	113.272	269.183
Total	3.281.027	5.121.038	1.035.111	202.068	98.101	121.334	139.788	1.325.172	404.926	11.728.565	11.407.499
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										8.181	5.817
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										11.736.746	11.413.316

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2020	31.12.2019
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	3.285.083	23.712.752	9.566.283	7.755.778	516.825	198.812	181.969	1.381.943	427.435	47.026.880	47.197.664
01 a 30	466.670	1.697.037	437.265	273.443	34.137	5.754	3.462	5.238	8.135	2.931.141	3.581.254
31 a 60	308.129	1.279.824	363.289	268.598	24.121	5.167	3.158	4.237	7.781	2.264.304	2.278.263
61 a 90	308.482	1.235.445	366.405	269.851	20.774	8.988	11.933	4.086	6.992	2.232.956	2.299.040
91 a 180	934.072	3.405.459	1.163.058	786.079	53.309	14.782	17.603	18.339	20.787	6.413.488	5.727.530
181 a 360	642.291	5.263.236	1.701.207	1.438.323	97.492	35.593	25.079	22.492	22.799	9.248.512	9.277.829
Acima de 360	625.439	10.831.751	5.535.059	4.719.484	286.992	128.528	120.734	1.327.551	360.941	23.936.479	24.033.748
Parcelas vencidas	-	1.468.912	145.890	162.661	60.872	10.173	12.191	10.517	33.380	1.904.596	1.947.780
Até 14 dias	-	1.468.912	145.890	162.661	60.872	10.173	12.191	10.517	33.380	1.904.596	1.947.780
Subtotal	3.285.083	25.181.664	9.712.173	7.918.439	577.697	208.985	194.160	1.392.460	460.815	48.931.476	49.145.444
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	1.177.520	1.463.389	738.413	206.518	256.042	735.742	865.282	5.442.906	4.429.828
01 a 30	-	-	64.457	76.059	37.896	9.328	9.905	40.063	48.005	285.713	233.889
31 a 60	-	-	62.694	69.116	36.468	7.272	9.317	37.002	44.586	266.455	226.989
61 a 90	-	-	60.664	66.793	34.063	6.971	9.018	34.925	42.262	254.696	212.335
91 a 180	-	-	169.419	190.788	96.860	22.002	26.349	99.457	119.695	724.570	601.059
181 a 360	-	-	276.294	327.256	165.736	40.924	48.269	167.244	199.587	1.225.310	1.023.256
Acima de 360	-	-	543.992	733.377	367.390	120.021	153.184	357.051	411.147	2.686.162	2.132.300
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	166.811	254.782	213.521	99.302	89.870	278.237	734.885	1.837.408	1.773.210
01 a 14	-	-	1	32.934	18.947	4.115	4.538	18.471	21.526	100.532	90.793
15 a 30	-	-	166.810	112.779	79.142	27.591	27.721	30.475	41.912	486.430	424.172
31 a 60	-	-	-	109.069	38.840	8.982	14.496	42.189	52.556	266.132	228.303
61 a 90	-	-	-	-	76.592	25.298	8.218	41.944	48.120	200.172	177.602
91 a 180	-	-	-	-	-	33.316	34.897	145.158	141.654	355.025	362.727
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	203.631	203.631	265.407
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	225.486	225.486	224.206
Subtotal	-	-	1.344.331	1.718.171	951.934	305.820	345.912	1.013.979	1.600.167	7.280.314	6.203.038
Total	3.285.083	25.181.664	11.056.504	9.636.610	1.529.631	514.805	540.072	2.406.439	2.060.982	56.211.790	55.348.482
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										406.107	327.538
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										56.617.897	55.676.020

⁽¹⁾ Até novembro de 2019, para as operações do varejo com prazo a decorrer superior a 36 meses, era realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Para as operações do atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplicava, conforme avaliação interna. A partir de dezembro de 2019, o Conglomerado deixou de adotar a contagem em dobro para as operações do atacado e

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hegde* de risco de mercado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de risco	% Provisão	31.03.2020				31.12.2019			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
Banco									
AA	0,00%	3.281.027	-	-	-	3.184.377	-	-	-
A	0,50%	5.121.038	(25.605)	-	(25.605)	4.950.639	(24.753)	-	(24.753)
B	1,00%	1.035.111	(10.351)	-	(10.351)	881.032	(8.810)	-	(8.810)
C	3,00%	202.068	(6.062)	-	(6.062)	216.882	(6.507)	-	(6.507)
D	10,00%	98.101	(9.811)	-	(9.811)	123.845	(12.384)	-	(12.384)
E	30,00%	121.334	(36.401)	-	(36.401)	75.363	(22.608)	-	(22.608)
F	50,00%	139.788	(69.894)	-	(69.894)	128.831	(64.415)	-	(64.415)
G	70,00%	1.325.172	(927.620)	(185.568)	(1.113.188)	1.324.272	(926.990)	(184.897)	(1.111.887)
H	100,00%	404.926	(404.926)	-	(404.926)	522.258	(522.258)	-	(522.258)
Total		11.728.565	(1.490.670)	(185.568)	(1.676.238)	11.407.499	(1.588.725)	(184.897)	(1.773.622)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		8.181				5.817			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		11.736.746				11.413.316			
Consolidado ⁽³⁾									
AA	0,00%	3.285.083	-	-	-	3.192.300	-	-	-
A	0,50%	25.181.664	(125.908)	-	(125.908)	25.261.517	(126.308)	-	(126.308)
B	1,00%	11.056.504	(110.565)	-	(110.565)	10.911.587	(109.116)	-	(109.116)
C	3,00%	9.636.610	(289.098)	-	(289.098)	9.374.955	(281.249)	-	(281.249)
D	10,00%	1.529.631	(152.964)	-	(152.964)	1.371.789	(137.180)	-	(137.180)
E	30,00%	514.805	(154.443)	-	(154.443)	669.746	(200.925)	-	(200.925)
F	50,00%	540.072	(270.037)	-	(270.037)	671.774	(335.887)	-	(335.887)
G	70,00%	2.406.439	(1.684.507)	(185.568)	(1.870.075)	1.848.322	(1.293.824)	(184.897)	(1.478.721)
H	100,00%	2.060.982	(2.060.982)	-	(2.060.982)	2.046.492	(2.046.492)	-	(2.046.492)
Total		56.211.790	(4.848.504)	(185.568)	(5.034.072)	55.348.482	(4.530.981)	(184.897)	(4.715.878)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		406.107				327.538			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		56.617.897				55.676.020			

⁽¹⁾ Provisões adicionais são constituídas, quando o agravamento de nível de risco não for aplicável.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

⁽³⁾ Inclui remensuração de riscos por evento pontual não esperado de *lockdown*, decorrente da pandemia da COVID-19.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

f.1) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito (Nota 11f.2)	(49.141)	(82.922)	(954.195)	(617.683)
Operações de crédito	(46.258)	(75.072)	(954.567)	(607.079)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	229	(1.396)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(2.883)	(7.850)	143	(9.208)
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	50.025	43.857	133.340	148.694
Operações de crédito	50.025	41.705	133.328	145.623
Operações de arrendamento mercantil	-	-	12	919
Outros créditos com características de concessão de crédito	-	2.152	-	2.152
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	884	(39.065)	(820.855)	(468.989)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	(287)	59.683	(1.771)	64.024
Garantias financeiras prestadas	304	59.336	304	59.336
Outros riscos	(591)	347	(2.075)	4.688
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	(287)	59.683	(1.771)	64.024
Total	597	20.618	(822.626)	(404.965)

⁽¹⁾ As respectivas provisões estão apresentadas em Outros Passivos - "Provisão para perda com garantias financeiras prestadas" e "Provisão para perda - outros riscos" (Nota 20a).

f.2) Movimentação

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Saldo inicial	1.773.622	1.250.029	4.715.878	3.630.864
Reforço / (reversão) ^{(1) (2)}	49.141	82.922	954.195	617.683
Provisão mínima requerida	48.470	82.922	953.524	617.683
Provisão adicional	671	-	671	-
Baixas para prejuízo	(146.525)	(3.161)	(636.001)	(449.882)
Saldo final	1.676.238	1.329.790	5.034.072	3.798.665

⁽¹⁾ Não contempla as rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados para prejuízo.

⁽²⁾ No consolidado, inclui remensuração de riscos por evento pontual não esperado de *lockdown*, decorrente da pandemia da COVID-19.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

Consolidado	31.03.2020	31.12.2019
Até 1 ano ⁽¹⁾	37.269	40.259
De 1 a 5 anos	53.220	57.418
Total valor presente	90.489	97.677

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

Consolidado	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Arrendamento financeiro	2.937	654
Lucro na alienação de bens arrendados	1	6.663
Total	2.938	7.317

i) Concentração das operações de crédito

	31.03.2020	% da carteira	31.12.2019	% da carteira
Banco				
Maior devedor	670.316	5,72%	670.316	5,88%
10 Maiores devedores	2.463.459	21,00%	2.675.864	23,46%
20 Maiores devedores	3.634.201	30,99%	3.777.315	33,11%
50 Maiores devedores	5.864.579	50,00%	5.940.865	52,08%
100 Maiores devedores	8.015.441	68,34%	7.974.936	69,91%
Consolidado				
Maior devedor	670.316	1,19%	670.316	1,21%
10 Maiores devedores	2.465.014	4,39%	2.677.503	4,84%
20 Maiores devedores	3.635.756	6,47%	3.778.953	6,83%
50 Maiores devedores	5.866.134	10,44%	5.942.503	10,74%
100 Maiores devedores	8.018.166	14,26%	7.977.849	14,41%

j) Informações sobre cessões de crédito

j.1) Cessões com coobrigação

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.03.2020		31.12.2019	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	4.839.730	5.583.960	3.896.287	4.494.033
Total	4.839.730	5.583.960	3.896.287	4.494.033

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outros passivos financeiros – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 20a).

No trimestre findo em 31 de março de 2020, as receitas com venda ou transferência de ativos financeiros do Conglomerado totalizaram R\$ 207.525 (R\$ 250.113 no trimestre findo em 31 de março de 2019) e as despesas com obrigação por operações com essas mesmas características totalizaram R\$ 85.887 (R\$ 134.629 no trimestre findo em 31 de março de 2019). No Banco, não houve resultado de operações com essas características nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019.

j.2) Cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo

No trimestre findo em 31 de março de 2020, as receitas com cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo totalizaram R\$ 29.134 no Banco e R\$ 58.606 no Conglomerado (R\$ 14.910 no Banco e no Conglomerado no trimestre findo em 31 de março de 2019), as quais foram reconhecidas no resultado do período em "Receitas de operações de crédito".

k) Movimentação dos créditos renegociados

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Montante de créditos renegociados no período ⁽¹⁾	783.666	790.603	1.291.193	1.143.787
Renegociados por atraso ⁽²⁾	36.049	46.887	157.802	144.296
Renovados ⁽³⁾	747.617	743.716	1.133.391	999.491
Movimentação dos créditos renegociados por atraso				
Saldo inicial	284.293	452.434	681.811	785.169
Contratações	36.049	46.887	157.802	144.296
(Recebimento) e apropriação de juros	(15.761)	(59.832)	(62.920)	(92.238)
Baixa para prejuízo	(9.466)	(1.290)	(67.822)	(60.260)
Saldo final	295.115	438.199	708.871	776.967
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	106.208	141.587	424.170	384.853
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso	35,99%	32,31%	59,84%	49,53%
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada	-	73.371	322.822	346.047
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	0,00%	16,74%	45,54%	44,54%

⁽¹⁾ Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso.

⁽²⁾ Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

⁽³⁾ Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

I) Outras informações

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Créditos contratados a liberar	547.269	537.818	3.273.088	3.067.962
Garantias financeiras prestadas (Nota 28.1.a.1)	6.762.374	6.607.112	6.762.374	6.607.112

12. OUTROS ATIVOS

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Outros ativos financeiros	1.307.975	737.836	1.615.722	981.521
Relações com correspondentes	271	39	271	39
Outros créditos e rendas a receber	9.680	9.127	204.306	131.938
Transações de cartão de crédito	-	-	46.985	44.845
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	15.775	14.042	15.775	14.042
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	164.094	103.999	199.715	140.697
Carteira de câmbio (Nota 12b)	1.117.885	610.359	1.117.885	610.359
Outros	270	270	30.785	39.601
Outros ativos	522.197	371.884	1.303.545	1.400.139
Outros valores e bens (Nota 12d)	85.671	79.223	488.249	566.304
Devedores diversos - No País	86.538	11.019	72.961	61.818
Adiantamentos e antecipações salariais	248	231	743	458
Adiantamentos a fornecedores	1.039	3.641	2.240	4.859
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 27g)	176.041	174.248	700.057	714.856
Devedores por depósitos em garantia - Outros	957	807	964	814
Valores a receber de sociedades ligadas	136.247	53.242	-	-
Dividendos a receber	956	4.581	2.258	2.251
Outros	34.500	44.892	36.073	48.779
Total	1.830.172	1.109.720	2.919.267	2.381.660

b) Carteira de câmbio

Banco e Consolidado	31.03.2020	31.12.2019
Ativo - Outros créditos ⁽¹⁾		
Câmbio comprado a liquidar	919.680	455.240
Direitos sobre vendas de câmbio	249.067	155.119
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(50.862)	-
Total	1.117.885	610.359
Ativo circulante	1.117.885	610.359
Passivo - Outras obrigações ⁽²⁾		
Câmbio vendido a liquidar	(252.150)	(153.229)
Obrigações por compras de câmbio	(792.265)	(448.879)
Total	(1.044.415)	(602.108)
Passivo circulante	(1.044.415)	(602.108)
Contas de compensação		
Créditos abertos para importação	80.259	104.342

⁽¹⁾ As rendas a receber de adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 11a).

⁽²⁾ Os adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 11a).

c) Resultado de operações de câmbio

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Rendas de câmbio	932.475	439.690
Despesas de câmbio	(685.339)	(411.625)
Resultado de operações de câmbio	247.136	28.065

d) Outros valores e bens

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Bens não de uso próprio	68.688	68.703	480.850	454.496
Veículos e afins	3.131	3.073	119.484	108.861
Imóveis ⁽¹⁾	65.557	65.630	361.366	345.635
(Provisão para desvalorização) ⁽²⁾	(26.478)	(20.537)	(63.052)	(56.925)
Despesas Antecipadas	43.461	31.057	50.617	40.003
Despesas de seguros	1.280	2.000	3.581	4.720
Despesas de processamento de dados	15.606	14.308	16.252	14.971
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.838	2.816	2.989	3.023
Despesas de serviços técnicos especializados	13.573	6.030	14.240	6.919
Despesas com reparos, adaptações e conservações	5.670	5.849	5.670	5.849
Outras	4.494	54	7.885	4.521
Outros	-	-	19.834	128.730
Participações em empreendimentos imobiliários ⁽³⁾	-	-	19.834	128.730
Total	85.671	79.223	488.249	566.304
Ativo circulante	85.374	78.973	423.513	565.959
Ativo não circulante	297	250	64.736	345

⁽¹⁾ Contempla imóveis não de uso construídos por sociedades investidas de propósito específico e destinados para venda.

⁽²⁾ No consolidado, inclui provisão para perdas em empreendimentos imobiliários classificados como "Bens não de uso próprio".

⁽³⁾ Referem-se às participações de caráter temporário, decorrente da mudança da intenção da Administração sobre essas participações societárias.

13. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	31.12.2019	Movimentação de 01.01 a 31.03.2020			31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	
	Valor do investimento	Dividendos/ Outros eventos ⁽³⁾	Resultado equivalência	Imparidade/ Ágio ⁽⁴⁾	Valor do investimento	Resultado equivalência	Imparidade/ Ágio ⁽⁴⁾
No País - Controladas do Banco							
BV Financeira	763.308	(29.565)	66.898	-	800.641	198.212	-
BV Leasing	967.168	707	4.975	-	972.850	5.407	-
Votorantim Asset DTVM	140.895	-	4.792	-	145.687	(920)	-
Votorantim Corretora Seguros	680.592	(82)	77.015	-	757.525	63.936	-
BVIA	146.209	-	5.297	-	151.506	5.929	-
Promotiva	68.307	(625)	7.929	-	75.611	6.958	-
Atenas ⁽¹⁾	201.858	(55.000)	21.166	(24.583)	143.441	12.734	10.496
BVEP	595.476	-	1.845	-	597.321	15.913	-
Total - Banco	3.563.813	(84.565)	189.917	(24.583)	3.644.582	308.169	10.496
No País - Controladas, coligadas e controladas em conjunto da BVEP							
Coligadas da BVEP ⁽¹⁾	21.692	(6.531)	(1.101)	-	14.060	3.176	12.515
Controladas em conjunto da BVEP ⁽¹⁾	26.724	1.327	1.648	(1.698)	28.001	561	(2.629)
Ágio de controladas ⁽²⁾	31.047	40.787	-	(28.699)	43.135	-	473
Total - Consolidado	79.463	35.583	547	(30.397)	85.196	3.737	20.855

⁽¹⁾ Inclui ágio na aquisição desses investimentos, detalhados na nota 13b.

⁽²⁾ Referem-se à ágio por expectativa de rentabilidade futura que permanecem na consolidação de controladas direta e indiretamente pelo banco BV.

⁽³⁾ Inclui redução de Capital dos investimentos.

⁽⁴⁾ Reconhecido no resultado na linha de "Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto".

b) Posição patrimonial de ágio e ajuste ao valor recuperável (Imparidade)

	Ágio		Imparidade	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Controladas do Banco BV	3.339	27.922	-	-
Atenas SP 02	3.339	27.922	-	-
Coligadas da BVEP	-	-	(2.334)	(2.334)
Controladas em conjunto da BVEP	-	1.698	(1.535)	(1.535)
Controladas da BVEP ⁽¹⁾	43.916	6.121	(4.119)	(2.995)
Total	47.255	35.741	(7.988)	(6.864)

⁽¹⁾ Inclui ágio na aquisição de investimento feita no trimestre findo em 31 de março de 2020.

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto nas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas

	31.03.2020		31.12.2019	
	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP
Ativo Total ⁽¹⁾	93.862	112.981	141.416	128.998
Passivo Total ⁽¹⁾	93.862	112.981	141.416	128.998
Passivo	62.793	38.209	91.640	57.496
Patrimônio líquido	31.069	74.772	49.776	71.502
	01.01 a 31.03.2020		01.01 a 31.03.2019	
Resultado do período ⁽¹⁾	1.170	3.997	19.525	(481)

⁽¹⁾ As informações de ativos, passivos e resultado não estão ajustadas pelos percentuais detidos direta ou indiretamente pelo banco BV.

d) Outros investimentos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Investimentos por incentivos fiscais	11.608	14.093	92.748	98.680
Ações e cotas	180	180	180	180
Outros	7	5	1.759	1.757
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(11.608)	(14.093)	(94.500)	(100.431)
Total	187	185	187	186

14. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2019	01.01 a 31.03.2020		31.03.2020		
	Saldo contábil	Movimen- tação ⁽¹⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco						
Instalações	30.053	35	(1.733)	84.304	(55.949)	28.355
Móveis e equipamentos de uso	5.404	295	(271)	29.913	(24.485)	5.428
Sistema de comunicação	2.202	292	(265)	12.088	(9.859)	2.229
Sistema de processamento de dados	28.866	6.600	(3.027)	110.777	(78.338)	32.439
Sistema de segurança	138	6	(16)	2.550	(2.422)	128
Sistema de transporte	416	19	(31)	836	(432)	404
Total	67.079	7.247	(5.343)	240.468	(171.485)	68.983
Consolidado						
Instalações	51.175	116	(3.509)	142.122	(94.340)	47.782
Móveis e equipamentos de uso	10.426	307	(656)	48.184	(38.107)	10.077
Sistema de comunicação	2.238	292	(271)	16.771	(14.512)	2.259
Sistema de processamento de dados	29.973	6.600	(3.371)	164.221	(131.019)	33.202
Sistema de segurança	188	6	(21)	2.708	(2.535)	173
Sistema de transporte	416	19	(31)	1.115	(711)	404
Total	94.416	7.340	(7.859)	375.121	(281.224)	93.897

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

15. INTANGÍVEL

a) Composição

	31.03.2020				31.12.2019			
	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Banco								
Softwares adquiridos	31.274	(26.638)	-	4.636	31.061	(25.994)	-	5.067
Licenças de uso	177.432	(114.250)	-	63.182	145.704	(100.603)	-	45.101
Softwares desenvolvidos internamente	321.085	(22.549)	(145.736)	152.800	327.933	(20.710)	(145.736)	161.487
Total	529.791	(163.437)	(145.736)	220.618	504.698	(147.307)	(145.736)	211.655
Consolidado								
Softwares adquiridos	58.523	(29.369)	-	29.154	58.310	(28.624)	-	29.686
Licenças de uso	266.440	(176.664)	-	89.776	231.863	(160.029)	-	71.834
Acordos por direitos de comercialização	25.766	(23.082)	-	2.684	21.966	(20.654)	-	1.312
Softwares desenvolvidos internamente	421.258	(43.687)	(149.975)	227.596	389.535	(38.988)	(149.975)	200.572
Marcas e patentes	1.000	-	(1.000)	-	1.000	-	(1.000)	-
Total	772.987	(272.802)	(150.975)	349.210	702.674	(248.295)	(150.975)	303.404

⁽¹⁾ Decorre principalmente da mudança no modelo de desenvolvimento de *softwares* aplicado no Conglomerado em dezembro de 2019, que passou a seguir o método ágil. Com a modificação, que produziu maior granularidade de iniciativas de tecnologia, o Conglomerado reavaliou os critérios de reconhecimento desses ativos intangíveis, promovendo a baixa por imparidade dos ativos intangíveis não aderentes ao novo critério, de forma a preservar a mensuração com confiabilidade dos gastos ativados e respectivos benefícios econômicos futuros ao longo do tempo.

b) Movimentação

	31.12.2019	01.01 a 31.03.2020			31.03.2020
	Saldo contábil	Aquisição ⁽¹⁾	Transferência ⁽²⁾	Amortização	Saldo contábil
Banco					
Softwares adquiridos	5.067	213	-	(644)	4.636
Licenças de uso	45.101	31.641	-	(13.560)	63.182
Softwares desenvolvidos internamente	161.487	27.381	(34.229)	(1.839)	152.800
Total	211.655	59.235	(34.229)	(16.043)	220.618
Consolidado					
Softwares adquiridos	29.686	213	-	(745)	29.154
Licenças de uso	71.834	34.491	-	(16.549)	89.776
Acordos por direitos de comercialização	1.312	3.800	-	(2.428)	2.684
Softwares desenvolvidos internamente	200.572	31.723	-	(4.699)	227.596
Total	303.404	70.227	-	(24.421)	349.210

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

⁽²⁾ Referem-se à transferência de softwares entre empresas do Conglomerado.

c) Estimativa de amortização em 31 de março de 2020

	2020	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	Total
Banco							
Valores a amortizar	65.972	45.419	26.229	25.788	25.788	31.422	220.618
Consolidado							
Valores a amortizar	89.686	72.311	46.856	40.980	38.812	60.565	349.210

16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Depósitos à vista	187.172	247.101	179.094	242.203
Pessoas físicas	29.435	32.259	29.435	32.259
Pessoas jurídicas	152.035	210.104	149.650	209.934
Empresas ligadas	5.693	4.728	-	-
Vinculados	9	10	9	10
Depósitos interfinanceiros	4.032.163	2.027.581	3.875.569	1.840.080
Depósitos a prazo	16.962.850	14.932.694	16.263.509	14.273.430
Moeda nacional	15.880.620	14.557.951	15.181.279	13.898.687
Moeda estrangeira	1.082.230	374.743	1.082.230	374.743
Total	21.182.185	17.207.376	20.318.172	16.355.713
Passivo circulante	16.774.985	14.758.724	16.189.825	14.178.896
Passivo não circulante	4.407.200	2.448.652	4.128.347	2.176.817

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 31 de março de 2020

	Sem vcto.	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.03.2020	31.12.2019
Banco								
Depósitos à vista	187.172	-	-	-	-	-	187.172	247.101
Depósitos interfinanceiros	-	283.098	183.079	3.565.986	-	-	4.032.163	2.027.581
Depósitos a prazo	-	3.742.850	12.378.786	839.826	482	906	16.962.850	14.932.694
Total	187.172	4.025.948	12.561.865	4.405.812	482	906	21.182.185	17.207.376
Consolidado								
Depósitos à vista	179.094	-	-	-	-	-	179.094	242.203
Depósitos interfinanceiros	-	126.503	183.079	3.565.987	-	-	3.875.569	1.840.080
Depósitos a prazo	-	3.629.025	12.072.124	560.972	482	906	16.263.509	14.273.430
Total	179.094	3.755.528	12.255.203	4.126.959	482	906	20.318.172	16.355.713

c) Captações no mercado aberto

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Carteira própria	12.583.254	14.085.957	12.487.757	13.459.095
Títulos privados – Debêntures ⁽¹⁾	1.654.907	2.766.114	1.654.907	2.766.114
Letras Financeiras do Tesouro	248.169	2.976.022	152.672	2.349.160
Letras do Tesouro Nacional	2.634.139	5.385.396	2.634.139	5.385.396
Notas do Tesouro Nacional	5.966.150	1.378.268	5.966.150	1.378.268
Títulos privados – Outros	2.079.889	1.580.157	2.079.889	1.580.157
Carteira de terceiros	3.108.255	962.957	3.108.255	962.957
Letras do Tesouro Nacional	996.055	962.957	996.055	962.957
Notas do Tesouro Nacional	2.112.200	-	2.112.200	-
Carteira de livre movimentação	815.386	784.039	815.386	784.039
Letras do Tesouro Nacional	332.157	36.408	332.157	36.408
Notas do Tesouro Nacional	483.229	747.631	483.229	747.631
Total	16.506.895	15.832.953	16.411.398	15.206.091
Passivo circulante	15.231.335	14.354.973	15.135.838	13.728.111
Passivo não circulante	1.275.560	1.477.980	1.275.560	1.477.980

⁽¹⁾ Inclui operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas ligadas em conformidade com a Resolução Bacen nº 4.527/2016.

d) Despesas com operações de captação no mercado

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Despesas de captações com depósitos	(191.899)	(175.372)	(183.248)	(169.233)
Depósitos a prazo	(150.230)	(138.478)	(143.484)	(137.423)
Depósitos interfinanceiros	(41.669)	(36.894)	(39.764)	(31.810)
Despesas de captações no mercado aberto	(185.053)	(321.004)	(180.666)	(268.437)
Carteira própria	(144.307)	(214.163)	(110.285)	(112.294)
Carteira de terceiros	(13.537)	(111.676)	(43.172)	(160.978)
Carteira de livre movimentação ⁽¹⁾	(27.209)	4.835	(27.209)	4.835
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(1.626.543)	(499.519)	(1.633.781)	(538.365)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(3.037)	(5.582)	(3.037)	(5.582)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(16.507)	(26.213)	(16.507)	(26.213)
Letras de Arrendamento Mercantil	-	-	(6.767)	(36.952)
Letras Financeiras	(320.327)	(458.911)	(320.327)	(458.911)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior ⁽²⁾	(1.275.922)	(5.024)	(1.275.922)	(5.024)
Debêntures	(5.632)	-	(6.104)	(1.894)
Certificados de Operações Estruturadas – COE	(85)	-	(85)	-
Outras	(5.033)	(3.789)	(5.032)	(3.789)
Despesas com dívidas subordinadas no exterior⁽²⁾	(544.256)	(107.075)	(544.256)	(107.075)
Total	(2.547.751)	(1.102.970)	(2.541.951)	(1.083.110)

⁽¹⁾ Inclui efeitos de variação de valor justo do passivo correspondente.

⁽²⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos passivos correspondentes.

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Composição

	Banco e Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Obrigações por empréstimos (Nota 17b)	4.252.708	2.127.900
Obrigações por repasses (Nota 17c)	1.341.400	1.450.460
Total	5.594.108	3.578.360

b) Obrigações por empréstimos

Banco e Consolidado	Até 3 meses	3 a 12 meses	31.03.2020	31.12.2019
	No exterior	1.290.009	2.962.699	4.252.708
Tomados junto a banqueiros no exterior	1.265.308	2.940.405	4.205.713	2.074.673
Importação	24.701	22.294	46.995	53.227
Total	1.290.009	2.962.699	4.252.708	2.127.900
Passivo circulante			4.252.708	2.114.453
Passivo não circulante			-	13.447

c) Obrigações por repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Banco e Consolidado	
		31.03.2020	31.12.2019
Tesouro Nacional		127.603	146.625
Pré-fixado	de 5,00% a 7,00% a.a.	99.365	142.828
Pós-fixado	Selic	28.238	3.797
BNDES		491.405	522.438
Pré-fixado	de 0,70% a 5,70% a.a.	77.311	88.014
Pós-fixado	de 1,42% a 1,50% a.a. + IPCA de 1,00% a 4,00% a.a. + TJLP de 2,28% a 2,38% a.a. + Selic	371.930	401.295
Com variação cambial	1,80% + variação cambial	42.164	33.129
FINAME		722.392	781.397
Pré-fixado	até 8,50% a.a.	542.073	590.135
Pós-fixado	de 1,60% a 4,00% a.a. + TJLP de 1,42% a 2,40% a.a. + IPCA de 1,70% a 2,48% a.a. + SELIC	179.552	190.546
Com variação cambial	de 1,70% a 2,00% a.a + variação cambial	767	716
Total		1.341.400	1.450.460
Passivo circulante		428.717	466.203
Passivo não circulante		912.683	984.257

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2020.

d) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Resultado de obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	(625.692)	(35.915)
Resultado de obrigações por repasses	(31.279)	(27.790)
Tesouro Nacional	(2.034)	(1.494)
BNDES	(18.126)	(11.104)
FINAME	(11.119)	(15.192)
Resultado de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	(156.065)	(1.757)
Total	(813.036)	(65.462)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano Captação	Ano Vencimento	Banco	
						31.03.2020	31.12.2019
Letras de Crédito Imobiliário						304.877	258.567
Pré-fixado	R\$	1.340	de 8,39% a 15,04% a.a.	2016	2021	1.670	1.634
Pós-fixado	R\$	289.190	de 93,00% a 100,00% do DI	2017	2022	300.654	254.450
Pós-fixado	R\$	2.000	4,43% a.a. + IPCA	2017	2021	2.553	2.483
Letras de Crédito do Agronegócio						1.629.762	1.735.854
Pré-fixado	R\$	12.347	de 3,35% a 12,53% a.a.	2015	2022	14.260	13.653
Pós-fixado	R\$	1.495.691	de 90,00% a 100,00% a.a. do DI	2015	2022	1.614.528	1.721.253
Pós-fixado	R\$	834	de 3,91% a 5,99% a.a. +IPCA	2016	2021	974	948
Letras Financeiras						24.720.707	25.081.447
Pré-fixado	R\$	385.003	de 5,97% a 16,33% a.a.	2012	2027	428.222	388.617
Pós-fixado	R\$	22.233.337	de 100,00% a 114,00% a.a do DI de 0,29% à 0,57% a.a. + CDI	2016	2024	23.818.829	24.220.838
Pós-fixado	R\$	386.967	de 3,20% a 9,45% a.a.+IPCA	2013	2026	473.656	471.992
Obrigações por TVM no exterior						5.249.552	4.058.971
Pré-fixado	R\$	125.304	de 2,44% a 15,19% a.a.	2013	2023	101.681	161.616
Pós-fixado	R\$	5.205	de 90,00% a 98,47% do DI	2019	2020	4.804	5.372
Com variação cambial ⁽²⁾	USD	1.318.339	até 6,60% a.a. + variação cambial	2015	2024	5.066.821	3.891.983
Com variação cambial	EUR	14.900	0,08% a.a. + variação cambial	2020	2020	76.246	-
Certificados de Operações Estruturadas						9.364	-
Pré-fixado	R\$	10.000	7,93% a.a. + variação cambial	2020	2021	9.364	-
Total						31.914.262	31.134.839
Passivo circulante						17.007.782	14.426.241
Passivo não circulante						14.906.480	16.708.598

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2020.

⁽²⁾ Em setembro de 2019, foi realizada a emissão no exterior de USD 850.000 com pagamentos de juros semestrais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano Captação	Ano Vencimento	Consolidado	
						31.03.2020	31.12.2019
Debêntures						45.105	45.718
Pós-fixado	R\$	45.000	97% a.a. do DI	2017	2026	45.105	45.718
Letras de Arrendamento Mercantil						358.970	885.780
Pós-fixado	R\$	341.878	de 101,00% a 103,00% do DI	2019	2020	358.970	885.780
Letras de Crédito Imobiliário						304.877	258.567
Pré-fixado	R\$	1.340	de 8,39% a 15,04% a.a.	2016	2021	1.670	1.634
Pós-fixado	R\$	289.190	de 93,00% a 100,00% do DI	2017	2022	300.654	254.450
Pós-fixado	R\$	2.000	4,43% a.a. + IPCA	2017	2021	2.553	2.483
Letras de Crédito do Agronegócio						1.629.762	1.735.854
Pré-fixado	R\$	12.347	de 3,35% a 12,53% a.a.	2015	2022	14.260	13.653
Pós-fixado	R\$	1.495.691	de 90,00% a 100,00% a.a. do DI	2015	2022	1.614.528	1.721.253
Pós-fixado	R\$	834	de 3,91% a 5,99% a.a. +IPCA	2016	2021	974	948
Letras Financeiras						24.720.707	25.081.447
Pré-fixado	R\$	385.003	de 5,97% a 16,33% a.a.	2012	2027	428.222	388.617
Pós-fixado	R\$	22.233.337	de 100,00% a 114,00% a.a do DI de 0,29% à 0,57% a.a. + CDI	2016	2024	23.818.829	24.220.838
Pós-fixado	R\$	386.967	de 3,20% a 9,45% a.a.+IPCA	2013	2026	473.656	471.992
Obrigações por TVM no exterior						5.249.552	4.058.971
Pré-fixado	R\$	125.304	de 2,44% a 15,19% a.a.	2013	2023	101.681	161.616
Pós-fixado	R\$	5.205	de 90,00% a 98,47% do DI	2019	2020	4.804	5.372
Com variação cambial ⁽²⁾	USD	1.318.339	até 6,60% a.a. + variação cambial	2015	2024	5.066.821	3.891.983
Com variação cambial	EUR	14.900	0,08% a.a. + variação cambial	2020	2020	76.246	-
Certificados de Operações Estruturadas						9.364	-
Pré-fixado	R\$	10.000	7,93% a.a. + variação cambial	2020	2021	9.364	-
Total						32.318.337	32.066.337
Passivo circulante						17.413.631	15.312.021
Passivo não circulante						14.904.706	16.754.316

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2020.

⁽²⁾ Em setembro de 2019, foi realizada a emissão no exterior de USD 850.000 com pagamentos de juros semestrais.

19. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL

a) Composição

Banco e Consolidado	Banco e Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Dívidas subordinadas (Nota 19b)	19.902	3.116.893
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 19c)	3.869.285	3.480.275
Total	3.889.187	6.597.168

b) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano Vencimento	Banco e Consolidado	
					31.03.2020	31.12.2019
Nota Subordinada					-	3.097.563
Com variação cambial	USD 740.319	7,38% a.a. + variação cambial	2013	2020	-	3.097.563
Letras Financeiras Subordinadas					19.902	19.330
Pós-fixado	1.800	119,00% do DI	2016	2023	2.515	2.485
Pós-fixado	15.090	7,11% a.a. + IPCA	2010	2020	17.387	16.845
Total					19.902	3.116.893
Passivo circulante					17.386	3.114.408
Passivo não circulante					2.516	2.485

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2020.

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano Vencimento	Banco e Consolidado	
					31.03.2020	31.12.2019
Letras Financeiras Subordinadas					2.267.754	2.268.410
Pós-fixado	984.326	até 2,16% a.a. + CDI de 100,00% a 120,00% do DI	2014	2024	1.421.535	1.443.708
Pós-fixado	321.732	de 5,72% a 9,31% a.a. + IPCA	2013	2030	617.816	603.469
Pré-fixado	103.200	de 11,03% a 17,98% a.a.	2015	2024	188.482	181.784
Pós-fixado	27.500	117,50% do SELIC	2016	2023	39.921	39.449
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação			
Bônus Perpétuos ⁽²⁾					1.601.531	1.211.865
Pré-fixado	USD 300.000	8,25% a.a.	2017		1.601.531	1.211.865
Total					3.869.285	3.480.275
Passivo circulante					393.240	221.789
Passivo não circulante					3.476.045	3.258.486

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2020.

⁽²⁾ Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a emissão no exterior de USD 300.000 com pagamentos de juros semestrais.

Os bonds têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Dez/2022 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Inclui os custos com emissão desses instrumentos, os quais são diferidos pelo prazo contratual, bem como não fazem parte da estrutura de *hedqe*.

20. OUTROS PASSIVOS

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Outros passivos financeiros	1.273.104	864.777	7.114.627	5.620.971
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 11j.1) ⁽¹⁾	-	-	5.583.960	4.494.033
Comissões por intermediação de operações a pagar	24.772	27.637	25.412	29.910
Operações com cartão de crédito	-	-	102.581	118.176
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.661	332	1.661	332
Negociação e intermediação de valores	200.567	231.355	267.347	289.542
Carteira de câmbio (Nota 12b)	1.044.415	602.108	1.044.415	602.108
Outros	1.689	3.345	89.251	86.870
Outros passivos	614.576	676.354	1.307.020	1.501.565
Recursos trânsito terceiros	42.138	46.925	42.138	46.925
Provisão para participação nos lucros	26.748	84.309	73.748	188.666
Provisão para despesas de pessoal	192.025	252.835	298.244	430.801
Provisão para despesas administrativas	31.307	30.935	251.727	234.745
Provisão para perda com garantias financeiras prestadas (Nota 28.1.a.1)	181.458	181.762	181.458	181.762
Provisão para perda - outros riscos	-	-	2.984	3.183
Obrigações legais (Nota 27h)	25.343	24.116	39.310	37.117
Credores diversos - No País	86.433	25.501	346.631	322.595
Credores diversos - No Exterior	752	1.341	752	1.341
Valores a pagar a sociedades ligadas	237	205	-	-
Dividendos a pagar	25.042	25.042	25.042	25.042
Outros	3.093	3.383	44.986	29.388
Total	1.887.680	1.541.131	8.421.647	7.122.536

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.

21. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Administração de recursos de terceiros	-	-	32.445	31.924
Cobrança	10.396	6.537	867	587
Comissões sobre colocação de títulos	21.402	15.217	21.526	15.361
Corretagens de operações em bolsa	-	-	1.839	848
Rendas de serviços de custódia	79	178	4.841	4.513
Rendas de garantias prestadas	29.242	21.475	29.242	21.475
Transações de cartão de crédito	-	-	32.568	28.765
Comissão de corretagem de seguros	-	-	136.180	136.626
Assessoria financeira	1.383	2.792	1.383	2.792
Correspondente bancário	-	-	89.207	89.761
Outros serviços	3.435	2.198	13.012	11.086
Total	65.937	48.397	363.110	343.738

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Confecção de cadastro	-	-	109.418	108.311
Transferência de recursos	736	85	736	85
Avaliação de bens	-	-	78.545	78.081
Rendas de cartão de crédito	-	-	30.468	39.139
Outras	81	34	786	372
Total	817	119	219.953	225.988

c) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Honorários, pró labore e outros (Nota 25)	(1.567)	(1.443)	(5.235)	(4.945)
Benefícios	(11.750)	(6.038)	(38.974)	(31.459)
Encargos sociais	(23.149)	(31.993)	(72.205)	(85.277)
Proventos ⁽¹⁾	12.716	(15.808)	(70.179)	(103.027)
Demandas trabalhistas	(1.400)	(6.679)	(22.309)	(29.138)
Treinamentos	(540)	(191)	(2.375)	(721)
Previdência privada complementar	(938)	(438)	(2.687)	(609)
Total	(26.628)	(62.590)	(213.964)	(255.176)

⁽¹⁾ Inclui reversão de provisão de despesas de planos de incentivos de longo prazo.

d) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Água, energia e gás	(266)	(137)	(1.169)	(1.232)
Aluguéis	(4.397)	(2.592)	(16.642)	(12.970)
Comunicações	(397)	(372)	(14.214)	(13.637)
Manutenção e conservação de bens	(575)	(544)	(2.646)	(3.585)
Material	(269)	(66)	(1.220)	(657)
Processamento de dados	(17.407)	(22.115)	(70.562)	(64.947)
Promoções e relações públicas	(1.216)	(364)	(7.708)	(3.190)
Propaganda e publicidade	(4.633)	(178)	(13.017)	(7.268)
Publicações	(428)	(354)	(1.110)	(726)
Seguros	(343)	(356)	(1.226)	(1.315)
Serviços do sistema financeiro	(6.197)	(6.888)	(26.312)	(21.602)
Serviços de terceiros	(700)	(327)	(2.551)	(2.722)
Serviços de vigilância e segurança	(260)	(130)	(567)	(364)
Serviços técnicos especializados	(14.586)	(12.455)	(117.535)	(114.550)
Transportes	(201)	(253)	(2.285)	(2.524)
Viagens	(256)	(311)	(2.465)	(1.913)
Emolumentos judiciais e cartorários	(733)	(896)	(23.377)	(18.676)
Amortização ⁽¹⁾	(5.249)	(12.709)	(24.421)	(18.910)
Depreciação ⁽¹⁾	(148)	(5.882)	(7.859)	(8.788)
Outras	(2.692)	(2.095)	(18.747)	(18.949)
Total	(60.953)	(69.024)	(355.633)	(318.525)

⁽¹⁾ No Banco, contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o banco BV e suas controladas.

e) Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Recuperação de encargos e despesas	5.478	-	8.071	701
Atualização de depósitos em garantia	1.597	1.608	4.334	10.983
Varição monetária ativa	653	355	5.113	4.767
Ressarcimento de multas de tributos pagos a maior	768	-	4.583	-
Ressarcimento de custos operacionais	-	-	1.357	1.036
Recuperação de perdas operacionais	-	-	19.129	806
Outras	281	1.283	3.161	3.179
Total ⁽¹⁾	8.777	3.246	45.748	21.472

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

f) Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Custos associados à produção – Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(648)	(653)	(224.264)	(227.189)
Demandas cíveis	(91)	(451)	(30.813)	(27.173)
Demandas fiscais	(1.228)	(836)	(2.188)	(1.816)
Despesas de juros (adesão REFIS e PERT)	-	-	(41)	(60)
Perdas operacionais	(257)	(49)	(2.404)	-
Prêmio pago sobre ativos financeiros	(57)	(637)	(57)	(637)
Resultado da atividade imobiliária ⁽²⁾	-	(24.376)	(6.128)	(13.201)
Prêmio de preferência bancária	(2.530)	(1.167)	(2.530)	(1.167)
Outras	(1.516)	(3.109)	(24.266)	(54.089)
Total ⁽³⁾	(6.327)	(31.278)	(292.691)	(325.332)

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas e autônomos, incluindo despesas com manutenção.

⁽²⁾ Inclui resultado na venda de participações.

⁽³⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Outras receitas	3.159	2.153	49.350	4.341
Lucro na alienação de valores e bens	674	606	-	-
Rendas de aluguéis	-	40	9	55
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens ⁽¹⁾	-	1.507	41.034	2.187
Reversão de provisão para perdas de investimentos por incentivos fiscais	2.485	-	5.931	-
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	-	-	2.376	2.099
Outras despesas	(6.284)	(625)	(13.215)	(3.435)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	-	(3.219)	(1.432)
Perdas de capital	-	-	(1.290)	(1.262)
Desvalorização de outros valores e bens	(5.547)	-	(6.046)	-
Despesas com imóveis não de uso	(723)	(556)	(2.645)	(664)
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(14)	(69)	(15)	(77)
Total ⁽²⁾	(3.125)	1.528	36.135	906

⁽¹⁾ Inclui reversão de provisão para perdas em participações em empreendimentos imobiliários apresentados em "Outros valores e bens" (Nota 12d).

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.130.372 (R\$ 8.130.372 em 31 de dezembro de 2019) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 53.760.296.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 51.631.176.076 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal (86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019). As ações preferenciais gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio.

Em 06 de fevereiro de 2020, foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária a conversão de 32.469.090.100 ações ordinárias em preferenciais.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

d) Lucro por ação

	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Lucro líquido - Banco Votorantim S.A (R\$ mil)	204.486	336.019
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído)	105.391.473	105.391.473
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,94	3,19

e) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	31.03.2020	31.12.2019
Banco Votorantim S.A.	204.486	336.019	9.994.260	9.855.457
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	16.679	-	19.307	30.424
Consolidado	221.165	336.019	10.013.567	9.885.881

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas, líquido de impostos.

f) Outros resultados abrangentes

Banco e Consolidado	01.01 a 31.03.2020				01.01 a 31.03.2019			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	100.332	(177.408)	77.415	339	(79.381)	113.141	(45.184)	(11.424)
Banco BV ⁽¹⁾ ⁽²⁾	38.374	(129.188)	58.134	(32.680)	(122.286)	110.604	(44.242)	(55.924)
Controladas	61.958	(48.220)	19.281	33.019	42.905	2.537	(942)	44.500
Hedge de fluxo de caixa	(127.069)	62.382	(28.072)	(92.759)	(99.614)	17.506	(7.002)	(89.110)
Banco BV ⁽¹⁾ ⁽²⁾	(127.069)	62.382	(28.072)	(92.759)	(99.614)	17.506	(7.002)	(89.110)
Total - Banco	(26.737)	(115.026)	49.343	(92.420)	(178.995)	130.647	(52.186)	(100.534)
Efeito do RNR ⁽³⁾	76.057	(27.796)	-	48.261	-	-	-	-
Total - Consolidado	49.320	(142.822)	49.343	(44.159)	(178.995)	130.647	(52.186)	(100.534)

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ Inclui efeito de resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas.

⁽³⁾ O efeito tributário é apresentado na linha "Ativos fiscais".

g) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas - Ações (mil)	31.03.2020					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Banco do Brasil S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Total	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%
Residentes no país	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%

Acionistas - Ações (mil)	31.12.2019					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	43.114.693	50,00%	9.581.043	50,00%	52.695.736	50,00%
Banco do Brasil S.A.	43.114.693	50,00%	9.581.043	50,00%	52.695.736	50,00%
Total	86.229.387	100,00%	19.162.086	100,00%	105.391.473	100,00%
Residentes no país	86.229.387	100,00%	19.162.086	100,00%	105.391.473	100,00%

24. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Impostos e contribuições a compensar	70.080	102.627	312.903	436.973
Imposto de renda a recuperar	-	-	821	4.761
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	148.765	148.765	148.765	148.765
Total	218.845	251.392	462.489	590.499

a.2) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Ativado)

Banco	31.12.2019	01.01 a 31.03.2020		31.03.2020 ⁽¹⁾
	Saldo	Movimentação no Período		Saldo
		Constituição ⁽⁴⁾	Baixa	
Diferenças temporárias	2.541.395	487.788	(173.266)	2.855.917
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.539.427	22.967	(40.088)	1.522.306
Provisões passivas	263.800	2.328	(46.343)	219.785
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	214.459	447.213	(83.197)	578.475
Outras provisões ⁽³⁾	523.709	15.280	(3.638)	535.351
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	816.975	150.393	-	967.368
Total dos créditos tributários ativados	3.358.370	638.181	(173.266)	3.823.285
Imposto de Renda	1.863.170	348.187	(99.300)	2.112.057
Contribuição Social	1.495.200	289.994	(73.966)	1.711.228

Consolidado	31.12.2019	01.01 a 31.03.2020		31.03.2020 ⁽¹⁾
	Saldo	Movimentação no Período		Saldo
		Constituição ⁽⁴⁾	Baixa	
Diferenças temporárias	5.194.681	904.852	(387.970)	5.711.563
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	3.671.054	390.431	(180.765)	3.880.720
Provisões Passivas	739.167	27.194	(98.558)	667.803
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	238.783	461.926	(102.478)	598.231
Outras provisões ⁽³⁾	545.677	25.301	(6.169)	564.809
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.443.872	162.156	(85.278)	1.520.750
Total dos créditos tributários ativados	6.638.553	1.067.008	(473.248)	7.232.313
Imposto de Renda	4.090.276	602.732	(277.803)	4.415.205
Contribuição Social	2.548.277	464.276	(195.445)	2.817.108

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2020, a parcela de R\$ 108.706 (do total de R\$ 578.475) no Banco, e R\$ 108.706 (do total de R\$ 598.231) no Consolidado, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido, no trimestre findo em 31 de março de 2020, são de R\$ 4.740 do total de R\$ 364.016 no Banco e de R\$ 4.740 do total de R\$ 359.448 no Consolidado.

⁽³⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisão para perdas com títulos e valores mobiliários.

⁽⁴⁾ Inclui, no trimestre findo em 31 de março de 2020, o montante de R\$ 33.585, relativo aos efeitos da majoração de alíquota da CSLL para 20%, aplicável ao Crédito Tributário do banco BV realizável a partir de março de 2020, referente aos valores de janeiro e fevereiro.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2019.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2020	954.132	931.623	1.994.590	1.947.536
Em 2021	880.818	826.722	1.691.199	1.587.334
Em 2022	695.082	619.708	1.320.274	1.177.105
Em 2023	532.029	447.065	1.105.160	928.669
Em 2024	303.483	238.773	430.554	338.749
De 2025 a 2026	309.103	220.457	494.846	352.420
De 2027 a 2029	148.638	81.056	195.690	108.389
Total de Créditos Tributários	3.823.285	3.365.404	7.232.313	6.440.202

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2020	12%	29%	12%	32%
Em 2021	8%	28%	10%	27%
Em 2022	12%	20%	13%	20%
Em 2023	9%	17%	11%	16%
Em 2024	28%	1%	25%	1%
De 2025 a 2026	31%	0%	29%	1%
De 2027 a 2029	0%	5%	0%	3%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário – Não ativado)

	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	41.912	22.866
Parcela de diferenças intertemporais	17.652	35.008
Total dos créditos tributários não ativados	59.564	57.874
Imposto de Renda	42.122	40.879
Contribuição Social	17.442	16.995

b) Passivos fiscais

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
IOF a recolher	13.449	686	22.745	16.106
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	-	5.974	5.940
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	41.091	214.631	354.526
Impostos e contribuições a recolher	29.264	36.013	93.775	101.916
Total	42.713	77.790	337.125	478.488

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	3.682	27.472	25.194	68.266
Crédito Presumido - lei nº 12.838/13	15.075	15.075	15.075	15.075
Outros passivos	362	192	3.206	5.043
Total das obrigações fiscais diferidas	19.119	42.739	43.475	88.384
Imposto de Renda	10.783	23.829	27.435	54.466
Contribuição Social	8.336	18.910	16.040	33.918

c) Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Cofins	(3.439)	(3.948)	(91.714)	(80.705)
ISSQN	(2.402)	(1.958)	(20.674)	(19.598)
PIS	(559)	(642)	(15.529)	(13.724)
Outras	(5.045)	(3.242)	(7.782)	(6.712)
Total	(11.445)	(9.790)	(135.699)	(120.739)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Valores correntes	-	-	(215.616)	(155.580)
IR e CSLL no País – Corrente	-	-	(215.616)	(155.580)
Valores diferidos	458.412	(40.663)	587.284	(52.366)
Passivo fiscal diferido	(1.763)	(1.755)	(1.736)	99.634
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(1.532)	(1.755)	(1.532)	99.668
Outros passivos	(231)	-	(204)	(34)
Ativo fiscal diferido	460.175	(38.908)	589.020	(152.000)
Prejuízos fiscais/ Bases negativas de CSLL	150.393	89.447	76.879	50.303
Diferenças temporárias	(49.494)	(44.401)	157.433	(10.484)
Marcação a mercado	359.276	(83.954)	354.708	(191.819)
Total	458.412	(40.663)	371.668	(207.946)

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Resultado antes dos tributos e participações	(241.032)	393.445	(80.912)	587.956
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até fev/2020 e 20% a partir de mar/2020)	109.040	(157.378)	36.410	(235.182)
Encargos sobre JCP	-	(2.000)	-	-
Resultado de participação em controladas	74.400	121.070	4.100	9.837
Participação de empregados no lucro	5.802	6.557	31.316	17.596
Outros valores ⁽¹⁾ ⁽²⁾	269.170	(8.912)	299.842	(197)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	458.412	(40.663)	371.668	(207.946)

⁽¹⁾ Inclui, no 1º trimestre de 2020, o montante de R\$ 33.585 relativo aos efeitos da majoração de alíquota da CSLL para 20%, aplicável ao Crédito Tributário do banco BV realizável a partir de março de 2020, referente aos valores de janeiro e fevereiro.

⁽²⁾ Inclui encargos sobre variação cambial de investimentos no exterior.

25. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do banco BV, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Banco		Consolidado ⁽¹⁾	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Honorários, pró labore e outros	1.567	1.443	5.235	4.945
Gratificações	6.850	8.226	10.978	11.399
Encargos sociais	3.233	3.547	4.715	4.833
Total	11.650	13.216	20.928	21.177

⁽¹⁾ Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

O Conglomerado oferece um plano de previdência privada de contribuição definida ao Pessoal Chave da Administração.

O Conglomerado não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no período.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças e Votorantim Cimentos).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços, que contemplam o convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com as empresas do Conglomerado.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira realiza cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. No trimestre findo em 31 de março de 2020, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 1.923.912 (R\$ 2.256.907 no trimestre findo em 31 de março de 2019). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em “Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas”.

	31.03.2020						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	1.162	-	-	-	-	-	1.162
Aplicações interfinanceiras de liquidez	805.992	-	36.574.213	-	-	612.064	37.992.269
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	123.076	51.246	31.054	-	1.499.115	1.704.491
Outros ativos	135.346	7.956	158.554	64.613	166	18.903	385.538
Passivos							
Depósitos à vista	(537)	(8.519)	(1.113)	(2.930)	(21)	(2.901)	(16.021)
Depósitos a prazo	(961.443)	(972.243)	(12)	(699.330)	-	-	(2.633.028)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(156.595)	-	-	-	(156.595)
Captações no mercado aberto	(3.762)	(44.915)	(95.496)	-	-	-	(144.173)
Recursos de aceites e emissão títulos	(331.682)	(712.507)	-	-	(5.476)	-	(1.049.665)
Instrumentos financeiros derivativos	(101.953)	-	(532)	-	-	(946.484)	(1.048.969)
Outros passivos	(5.787.324)	(12.521)	(19.542)	-	-	(2.266)	(5.821.653)
	01.01 a 31.03.2020						
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	92.647	-	526.877	-	-	5.155	624.679
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(59.102)	144.226	3.442	3.832	-	294.842	387.240
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(14.298)	(14.943)	(6.292)	(6.383)	(64)	-	(41.980)

	31.12.2019						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	2.253	-	-	-	-	-	2.253
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	37.271.426	-	-	605.911	37.877.337
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	1.614	96.764	27.222	-	478.363	603.963
Outros ativos	70.448	11.657	89.380	2.200	225	670	174.580
Passivos							
Depósitos à vista	(383)	(3.029)	(1.707)	(1.553)	(12)	(375)	(7.059)
Depósitos a prazo	(208.043)	(808.485)	(12)	(659.252)	(127)	-	(1.675.919)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(187.500)	-	-	-	(187.500)
Captações no mercado aberto	(803.876)	(42.084)	(626.862)	-	(316)	-	(1.473.138)
Recursos de aceites e emissão títulos	(129.788)	(559.839)	-	-	(6.680)	-	(696.307)
Instrumentos financeiros derivativos	(42.788)	(8.525)	(7.881)	-	-	(197.562)	(256.756)
Outros passivos	(4.678.996)	-	(32.366)	-	-	(593)	(4.711.955)
	01.01 a 31.03.2019						
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	127.141	22	596.426	-	-	10.913	734.502
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.052)	(630)	8.649	2.388	-	9.232	18.587
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(9.767)	(16.733)	(57.651)	(1.055)	(114)	-	(85.320)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota explicativa nº 3. Não inclui operações entre as controladas.

⁽²⁾ Inclui a Promotiva S.A., BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A. e Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. Não inclui operações entre as controladas.

⁽³⁾ Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave.

⁽⁴⁾ Inclui Votorantim Expertise Multimercado, empresas controladas da BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., bem como todas as empresas em que o pessoal chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os Programas de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo Programa de Remuneração Variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.

O Conglomerado também possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo:

Plano ILP: o plano tem duração de 4 anos e consiste na concessão de um incentivo em espécie atrelado ao desempenho da organização no horizonte de tempo.

No trimestre findo em 31 de março de 2020 foram reconhecidos no resultado do Conglomerado, em Despesas de Pessoal – Proventos R\$ 25.932 (R\$ 30.910 no trimestre findo em 31 de março de 2019) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo:

Ano do Programa	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
2012 / 2013	-	1.620
2014	-	66.316
2015	1.278	42.775
2016	5.524	29.872
2017	1.350	8.300
2018	3.166	250
2019	1.955	-
2020	47.970	-
Total	61.243	149.133

Em 31 de março de 2020, o Conglomerado registrou na rubrica Outros Passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 204.717 (R\$ 309.879 em 31 de dezembro de 2019).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do patrimônio líquido base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Quantidade inicial	17.620.394	36.376.442	24.125.108	50.493.793
Novas / Atualizações	5.286.259	4.705.946	6.331.233	5.711.497
Pagas	(12.023.883)	(27.561.058)	(15.327.763)	(34.666.290)
Canceladas	-	(141.112)	(244.546)	(2.561.846)
Quantidade final	10.882.770	13.380.218	14.884.032	18.977.154

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este novo plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

27. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis intermediárias, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Demandas fiscais	5.710	5.653	61.420	58.027
Demandas cíveis	9.062	8.916	263.814	261.263
Demandas trabalhistas	89.464	89.291	614.031	587.018
Total	104.236	103.860	939.265	906.308

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Demandas fiscais				
Saldo inicial	5.653	5.351	58.027	60.102
Constituições	30	-	2.007	1.742
Reversão da provisão	-	(332)	(76)	(2.319)
Baixa por pagamento	-	-	(84)	(3.202)
Atualizações	27	33	1.546	389
Saldo final	5.710	5.052	61.420	56.712
Demandas cíveis				
Saldo inicial	8.916	10.487	261.263	292.870
Constituições	2	474	13.375	14.438
Reversão da provisão	(5)	(52)	(11.498)	(9.070)
Baixa por pagamento	(2)	(46)	(16.998)	(14.825)
Atualizações ⁽¹⁾	151	1.806	17.672	12.264
Saldo final	9.062	12.669	263.814	295.677
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	89.291	185.390	587.018	949.423
Constituições	8.083	9.316	81.163	74.933
Reversão da provisão	(4.984)	(13.807)	(30.545)	(34.438)
Baixa por pagamento	(4.284)	(5.631)	(32.797)	(31.401)
Atualizações	1.358	5.330	9.192	21.978
Saldo final	89.464	180.598	614.031	980.495
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	104.236	198.319	939.265	1.332.884

⁽¹⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de março de 2020

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	5.241	9.062	89.464	20.415	263.814	614.031
De 5 a 10 anos	469	-	-	41.005	-	-
Total	5.710	9.062	89.464	61.420	263.814	614.031

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e.3) (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Demandas cíveis	(146)	(2.182)	(2.551)	(2.807)
Demandas trabalhistas	(173)	4.792	(27.013)	(31.072)
Demandas fiscais	(57)	299	(3.393)	3.390
Total	(376)	2.909	(32.957)	(30.489)

f) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Demandas fiscais ⁽¹⁾	654.132	652.738	1.974.858	1.970.642
Demandas cíveis ⁽²⁾	16.653	15.055	162.492	147.216
Demandas trabalhistas ⁽³⁾	46.856	49.122	208.434	187.468
Total	717.641	716.915	2.345.784	2.305.326

⁽¹⁾ Referem-se as seguintes causas:

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
INSS s/ PLR	197.974	197.094	603.474	601.024
IRPJ - FINOR	22.704	22.583	25.955	25.820
ISS	978	967	17.886	13.831
INSS sobre PLR - Nassau Branch	38.891	38.734	38.891	38.733
PIS/COFINS sobre desmutualização	21.488	21.310	45.523	45.260
IRPJ compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários	26.947	26.808	26.947	26.808
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	-	-	117.223	116.522
Multa não homologação PER/DCOMP	-	-	46.944	68.154
IRPJ/CSLL - Exclusão indevida: ágio na aquisição títulos governos estrangeiros	23.609	23.369	23.609	23.369
IRRF oriundo de remessas para o exterior: impossibilidade compensação	48.452	48.131	48.452	48.131
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	89.550	88.921	89.550	88.921
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores	110.461	109.924	135.600	134.854
IPVA - Terceiros	37	37	157.496	139.809
INSS - Benefícios (VA/VR)	22.027	21.923	22.027	21.923
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014	-	-	303.531	300.429
ISS VRG	-	-	102.975	99.499
Outras causas	51.014	52.937	168.775	177.555
Total	654.132	652.738	1.974.858	1.970.642

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽³⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

g) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Demandas fiscais	144.788	142.619	226.887	223.304
Demandas cíveis	7.014	6.769	176.477	182.907
Demandas trabalhistas	24.239	24.860	296.693	308.645
Total	176.041	174.248	700.057	714.856

h) Obrigações Legais

O Consolidado mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 39.310 (R\$ 37.117 em 31 de dezembro de 2019) sendo no Banco registrado o montante de R\$ 25.343 (R\$ 24.116 em 31 de dezembro de 2019), cuja principal discussão recai em uma Ação Declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 23.231 (R\$ 22.088 em 31 de dezembro de 2019).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, Dedução do ISS na Base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos clientes interessados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (Gestão, Hedge / Seguros ou Capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Crédito da Contraparte;
- Risco de Concentração de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (RBAN);
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Reputação;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Socioambiental;
- Risco de Modelos;
- Risco de Conformidade e;
- Risco de Contágio;

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (Asset Liability Management), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.

- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Res. nº4.557 do Bacen, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um dashboard constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução nº 4.557, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de Gestão de Riscos e Capital", elaborado com base no atendimento das circulares Bacen nº 3.678 e nº 3.716, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancovotorantim.com.br/ri. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

a.1) Garantias Financeiras Prestadas

	Banco e Consolidado			
	31.03.2020		31.12.2019	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	844	-	833	-
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.617.361	146.945	3.591.541	148.302
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	83.006	415	91.007	455
Outras fianças bancárias	3.060.032	34.092	2.687.491	32.999
Outras garantias financeiras prestadas	1.131	6	236.240	6
Total	6.762.374	181.458	6.607.112	181.762

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

c) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

d.1) Análises de Sensibilidade

O Conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de Sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Carteira Trading

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		31.03.2020		31.12.2019	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	4.056	(4.138)	(5.001)	5.102
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(479)	489	(96)	98
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(937)	956	197	(201)

Carteira Trading e Banking

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		31.03.2020		31.12.2019	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(178.549)	182.156	(170.356)	173.798
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	151.557	(154.619)	117.803	(120.183)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(15.803)	16.122	(14.587)	14.881
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	3.719	(3.794)	461	(470)

Análise de Sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- Cenário 1 - Na construção desse cenário, as moedas e o índice ibovespa sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2020. As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.
- Cenário 2 - Cenário onde as moedas e o índice ibovespa sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2020.
- Cenário 3 - Cenário onde as moedas e o índice ibovespa sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2020.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data base:

Carteira Trading

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
31.03.2020							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	1.920.048	Aumento	410	Redução	(4.571)	Redução	(8.932)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	331.242	Aumento	(459)	Aumento	(2.277)	Aumento	(4.227)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(308.125)	Aumento	(5.204)	Aumento	(113.728)	Aumento	(186.115)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	13.818	Aumento	(95)	Redução	(41)	Redução	(81)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	2.860	Aumento	29	Redução	(715)	Aumento	(9.595)
31.12.2019							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(795.483)	Aumento	502	Redução	(5.887)	Redução	(12.105)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(763.414)	Aumento	(9)	Aumento	(105)	Aumento	(218)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(293.074)	Aumento	4.682	Redução	(132.822)	Redução	(302.418)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(140.849)	Aumento	(20)	Redução	(9)	Redução	(17)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	9.746	Aumento	123	Redução	(6.279)	Redução	(29.466)

Carteira Trading e Banking

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
31.03.2020							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(27.992.760)	Aumento	(18.027)	Aumento	(200.896)	Aumento	(392.643)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(5.672.718)	Aumento	14.136	Redução	(87.570)	Redução	(164.245)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(308.125)	Aumento	397	Redução	(3.474)	Aumento	871
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(82.878)	Aumento	363	Aumento	(981)	Aumento	(1.978)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	33.413	Aumento	315	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	764.054	Aumento	(1.596)	Redução	(437)	Redução	(874)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	9.380	Aumento	29	Redução	(715)	Aumento	(9.595)
31.12.2019							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	10.237.376	Aumento	(17.175)	Aumento	(191.930)	Aumento	(375.665)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(4.469.421)	Aumento	11.891	Redução	(74.897)	Redução	(152.101)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(293.074)	Aumento	3.354	Redução	(89.803)	Redução	(174.801)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	113.867	Aumento	(1.473)	Redução	(361)	Redução	(721)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	36.579	Aumento	398	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	21.484	Aumento	(61)	Redução	(161)	Redução	(317)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	20.284	Aumento	123	Redução	(6.279)	Redução	(29.466)

d.2) Testes de Estresse

O Conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes Retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2005 até a data-base de referência;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na carteira consolidada, em 31 de março de 2020 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 5.88 (R\$ 4.38 em 31 de dezembro de 2019); as *commodities* sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2020; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2019).

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4.63 (R\$ 3.45 em 31 de dezembro de 2019); as *commodities* sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2020 e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2019).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	31.03.2020		31.12.2019	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	9.380	(1.078)	20.284	(743)
Moedas estrangeiras	(308.125)	(44.127)	287.562	(39.336)
Taxa de juros	(1.652.314)	(399.573)	5.960	(73.923)
Total	(1.951.059)	(444.778)	313.806	(114.002)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	31.03.2020		31.12.2019	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	9.380	301	20.284	5.326
Moedas estrangeiras	(308.125)	40.509	287.562	30.050
Taxa de juros	(1.652.314)	209.232	5.960	25.316
Total	(1.951.059)	250.042	313.806	60.692

d.3) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os valores apurados para os instrumentos classificados no nível 3, referentes a 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não são materiais.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

Consolidado	31.03.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez objeto de <i>hedge</i> (Nota 9f)	-	1.296.148	-	1.296.148
Títulos e valores mobiliários (Nota 8a)	20.829.278	5.120.700	221.224	26.171.202
Títulos para negociação	9.361.694	1.065.158	-	10.426.852
Títulos disponíveis para venda	11.467.584	4.055.542	221.224	15.744.350
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	1.714.718	6.377.000	-	8.091.718
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 9f)	-	17.266.791	-	17.266.791
Total	22.543.996	30.060.639	221.224	52.825.859
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 16c)	-	(815.386)	-	(815.386)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	(1.935.385)	(5.660.982)	-	(7.596.367)
Total	(1.935.385)	(6.476.368)	-	(8.411.753)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31.12.2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez objeto de <i>hedge</i> (Nota 9f)	-	1.877.581	-	1.877.581
Títulos e valores mobiliários (Nota 8a)	20.730.129	4.554.525	216.043	25.500.697
Títulos para negociação	8.643.190	791.681	-	9.434.871
Títulos disponíveis para venda	12.086.939	3.762.844	216.043	16.065.826
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	607.284	2.130.062	-	2.737.346
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 9f)	-	18.662.795	-	18.662.795
Total	21.337.413	27.224.963	216.043	48.778.419
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 16c)	-	(784.039)	-	(784.039)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	(665.190)	(2.269.372)	-	(2.934.562)
Total	(665.190)	(3.053.411)	-	(3.718.601)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é incluído no nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos

Para as ações não cotadas em bolsa, atualmente classificados no nível 3, o processo de avaliação de valor justo utiliza o modelo de Merton, considerando os fluxos de caixa esperados, sujeitos as condições definidas em contrato e avalia o comportamento dos ativos da empresa (informação das Demonstrações Contábeis das empresas) através da estimativa da volatilidade dos ativos. Este parâmetro é gerado a partir da volatilidade histórica de ativos semelhantes observáveis no

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados na Comissão de Risco de Mercado.

(i) Movimentação do nível 3

Consolidado	Saldo em 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020		Saldo em 31.03.2020
		Adições / (Liquidações)	Resultado / Outras movimen- tações	
Ativo				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos disponíveis para venda	216.043	25.268	(20.087)	221.224
Total	216.043	25.268	(20.087)	221.224

d.4) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados a custo corrigido

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

Consolidado	31.03.2020		31.12.2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos	37.335.039	37.436.522	34.189.374	34.287.056
Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 8a)	3.424.112	3.525.595	2.219.565	2.317.247
Carteira de crédito (Notas 11a / 28.1.d.3)	33.910.927	33.910.927	31.969.809	31.969.809
Passivos	(77.715.816)	(80.894.321)	(73.019.630)	(75.234.022)
Captações no mercado aberto (Notas 16c / 28.1.d.3)	(15.596.012)	(15.313.822)	(14.422.052)	(14.759.257)
Depósitos (Nota 16a)	(20.318.172)	(20.955.464)	(16.355.713)	(17.073.975)
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 17)	(5.594.108)	(6.246.553)	(3.578.360)	(3.787.750)
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 18)	(32.318.337)	(34.033.549)	(32.066.337)	(32.686.979)
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 19a)	(3.889.187)	(4.344.932)	(6.597.168)	(6.926.061)
Total	(40.380.777)	(43.457.799)	(38.830.256)	(40.946.966)

d.5) Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “negociação” e “disponível para venda” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil: As operações de crédito alocadas em programas de *Hedge Accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos à prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Captações no mercado aberto: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Obrigações por empréstimos e repasses: Considerou-se o valor justo das operações deste grupo equivalente ao seu valor contábil.

Recursos de aceites e emissão de títulos: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívidas elegíveis a capital: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

e) Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais

A gestão de risco socioambiental deve observar a legislação ambiental aplicável, bem como avalia e monitora os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido, a fim de identificar, mensurar e mitigar os riscos de crédito, legal e de reputação decorrentes de eventos socioambientais inerentes às atividades de seus clientes. O gerenciamento de risco socioambiental no Conglomerado visa subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

Os procedimentos de gerenciamento de risco socioambiental durante a concessão de crédito são realizados através de metodologias de análise que determinam o Rating Socioambiental, inserido no processo de atribuição do Rating de Crédito.

O Conglomerado é signatário dos Princípios do Equador, iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em Project Finance (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

2) Processo de Gestão de Capital

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

a) Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas

a.1) Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência desde janeiro de 2018:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2018, alterada posteriormente pela Resolução nº 4.784/2020, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2021 e 100% até 31.12.2021) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	31.03.2020	31.12.2019
PR – Patrimônio de Referência	9.926.921	9.975.245
Nível I	9.041.372	9.008.047
Capital complementar	1.601.531	1.211.865
Capital principal	7.439.841	7.796.182
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	10.103.034	10.011.553
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(2.663.193)	(2.215.371)
Outros	(2.662.914)	(2.215.063)
Ajustes ao valor justo	(279)	(308)
Nível II	885.551	967.199
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	885.551	967.199
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	885.551	967.199
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽³⁾	-	-
Recursos captados no exterior	-	-
Recursos captados com letras Financeiras	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	69.456.801	66.069.415
Risco de crédito (RWACPAD)	60.825.498	57.265.932
Risco de mercado (RWAMPAD)	2.149.690	2.499.867
Risco operacional (RWAOPAD)	6.481.613	6.303.616
Patrimônio de referência mínimo requerido ⁽⁴⁾	5.556.544	5.285.553
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾	3.125.556	2.973.124
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾	4.167.408	3.964.165
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	141.218	256.887
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	4.370.377	4.689.692
Margem sobre o capital mínimo requerido	4.314.283	4.823.058
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	4.873.962	5.043.882
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBAN e ACP ⁽⁷⁾	756.319	1.129.334
Índice de capital principal (CP / RWA)	10,71%	11,80%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	13,02%	13,63%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,29%	15,10%

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.192/2013, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2018, alterada posteriormente pela Resolução nº 4.784/2020, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2021 e 100% até 31.12.2021) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.192/2013 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽⁷⁾ Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contracíclico. Foi publicada Resolução nº 4.783/2020 que alterou, por prazos determinados, os percentuais a serem aplicados ao montante de RWA para fins de apuração da parcela ACP Conservação, com início da vigência data-base abril de 2020 formalizada pela Carta Circular nº 4.016/2020. A referida Resolução contempla o escopo de ações regulatórias divulgadas em março de 2020 para cobrir eventuais impactos provenientes da Covid-19.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	31.03.2020	31.12.2019
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(14.170)	(38.518)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(323.452)	(277.669)
Ajuste prudencial VII - Créditos tributários de diferença temporária	(930.606)	(581.067)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(1.394.686)	(1.317.809)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(279)	(308)
Total	(2.663.193)	(2.215.371)

b) Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 18,32% (17,65% em 31 de dezembro de 2019), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

	31.03.2020	31.12.2019
Limite para imobilização	4.963.461	4.987.622
Valor da situação para o limite de imobilização	1.818.162	1.760.563
Valor da margem ou insuficiência	3.145.299	3.227.059

Em atendimento a Circular nº 3.930/2019 do Bacen, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do Bacen. Em 31 de março de 2020 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de agência no exterior

	31.03.2020	31.12.2019
Ativo circulante e não circulante	11.633.468	6.654.327
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	11.633.468	6.654.327
Total do ativo	11.633.468	6.654.327
Passivo circulante e não circulante	(9.360.109)	(4.923.521)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(9.360.109)	(4.923.521)
Patrimônio líquido	(2.273.359)	(1.730.806)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(2.273.359)	(1.730.806)
Total do passivo	(11.633.468)	(6.654.327)

	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Lucro (Prejuízo)	(28.813)	33.274
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(28.813)	33.274

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de março de 2020

Riscos cobertos	Valores cobertos	Valor do prêmio
Seguro Garantia – Fiança para processos judiciais	894.836	6.180
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	273.527	74

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio Líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2019	3.116.893	3.480.275	25.042	8.130.372	1.706.189	16.458.771
Liquidação	(3.096.991)	(1.047)	-	-	-	(3.098.038)
Despesas com juros	-	34.404	-	-	-	34.404
Variação cambial	-	350.400	-	-	-	350.400
Outros	-	5.253	-	-	-	5.253
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(3.096.991)	389.010	-	-	-	(2.707.981)
Saldo em 31.03.2020	19.902	3.869.285	25.042	8.130.372	1.706.189	13.750.790

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio Líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2018	3.084.749	3.248.846	18.859	8.130.372	1.422.218	15.905.044
Liquidação	(116.953)	(1.320)	-	-	-	(118.273)
Transferência	(625)	625	-	-	-	-
Despesas com juros	51.874	69.471	-	-	-	121.345
Variação cambial	16.213	6.570	-	-	-	22.783
Outros	(5.936)	3.838	-	-	-	(2.098)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(55.427)	79.184	-	-	-	23.757
Saldo em 31.03.2019	3.029.322	3.328.030	18.859	8.130.372	1.422.218	15.928.801

f) Administração de Recursos de Terceiros

Posição dos fundos de investimentos administrados pela Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.:

	Quantidade de fundos/carteiras		Saldo	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos e carteiras administradas	267	267	51.011.215	51.472.062

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Abril de 2020, após as aprovações de órgãos reguladores, o banco BV concretizou o aporte na Neon Pagamentos, comunicado ao mercado em 18 de novembro de 2019.

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3
